

# RELATÓRIO ANUAL 2025





## SUMÁRIO

<b>ELE FOI E FICA: HOMENAGEM A GILVAN ROGÉRIO VIEIRA DE ARAÚJO .....</b>	<b>08</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>ÁREAS PROGRAMÁTICAS .....</b>	<b>11</b>
<b>PROGRAMA ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA – PAPAA .....</b>	<b>12</b>
I - INTRODUÇÃO .....	12
II - EIXOS ESTRATÉGICOS DO PAPAA.....	14
EIXO ESTRATÉGICO 01.....	15
RESILIÊNCIA HÍDRICA - ACESSO, MANEJO E USO DAS ÁGUAS .....	15
DESTAQUE DE ALGUNS RESULTADOS DO PROGRAMA EM 2025 .....	18
EIXO ESTRATÉGICO II.....	21
AUTONOMIA PRODUTIVA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO .....	21
RESULTADOS DO PAPAA NOS TERRITÓRIOS – 2025 .....	25
III - CONCLUSÃO.....	30
<b>PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA - PECONTE .....</b>	<b>32</b>
I - INTRODUÇÃO .....	33
II - PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS A PARTIR DOS EIXOS: .....	35
EIXO 1: FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORAS/ES, COORDENADORES/AS E GESTORAS/ES ESCOLARES E MUNICIPAIS.....	35
a)FORMAÇÃO COM COORDENAÇÕES MUNICIPAIS E GESTORES DE ESCOLAS DO CAMPO: .....	35
COMO PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO COM COORDENAÇÕES PODEMOS DESTACAR: .....	39
b) FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORAS/ES.....	39
COMO RESULTADO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO COM PROFESSORAS/ES DESTACAMOS.....	42
EIXO 2: FORMAÇÃO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E REDE DE PROTEÇÃO CRIANÇA E ADOLESCENTE .....	44
COMO RESULTADO DESSA AÇÃO PODEMOS DESTACAR: .....	46
EIXO 3: ARTE, CULTURA, JOGOS COOPERATIVOS E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ACESSO AOS DIREITOS PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM.....	46
EIXO 4: INCIDÊNCIA POLÍTICA E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA DEFESA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA E DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	49
ESPAÇOS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA EM ÂMBITO NACIONAL:.....	51
ESPAÇOS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA EM ÂMBITO ESTADUAL:.....	52
ESPAÇOS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA EM ÂMBITO MUNICIPAL:.....	53
III - ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS.....	53
PÚBLICO ENVOLVIDO DIRETA E INDIRETAMENTE EM 2025: .....	55
EQUIPE DE EDUCAÇÃO EM 2025:.....	55
PROJETOS QUE FINANCIARAM AS AÇÕES DE PECONTE EM 2025: .....	56

MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES - ANO 2025.....	57
<b>PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - PCOM .....</b>	<b>63</b>
I -INTRODUÇÃO .....	64
II - RELATO DE ATIVIDADES .....	65
EIXO I - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	65
MAPEAMENTO DE ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS.....	66
LINKS DOS CANAIS OFICIAIS DO MOC.....	67
DESTAQUES DE INICIATIVAS PROMOVIDAS PELO PCOM EM 2025:.....	68
CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CINE MOC .....	68
RELATÓRIO DIGITAIS .....	68
PORTAL DO OBSERVATÓRIO EDU-CATIVANDO NA CAATINGA .....	68
FORMAÇÕES.....	69
EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.....	70
EIXO III - EDUCOMUNICAÇÃO E CULTURA.....	73
III - CONCLUSÃO.....	76
DEPOIMENTOS.....	80
<b>PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - PFEES.....</b>	<b>82</b>
I - INTRODUÇÃO .....	83
II - OBJETIVOS.....	85
OBJETIVO ESTRATÉGICO .....	85
OBJETIVO ESPECÍFICO 1 – ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO:.....	85
OBJETIVO ESPECÍFICO 2 – FORMAÇÃO, INOVAÇÃO PRODUTIVA E ACESSO A MERCADOS: .	85
OBJETIVO ESPECÍFICO 3 – PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA: .....	85
III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	85
ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO:.....	85
EXEMPLOS DE ALGUMAS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS DESENVOLVIDA PELA OPS.....	91
PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA NESTE EIXO NO ANO DE 2025:.	91
DESAFIOS ENFRENTADOS .....	92
PERSPECTIVAS.....	92
FORMAÇÃO, INOVAÇÃO PRODUTIVA E ACESSO A MERCADOS .....	93
RESULTADOS MAIS RELEVANTES DO EIXO ACESSO À MERCADOS EM 2025.....	96
ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA OS EDITAIS .....	97
DESAFIOS ENFRENTADOS .....	97
PERSPECTIVAS.....	97
PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA: .....	98
DESAFIOS ENFRENTADOS .....	99
PERSPECTIVAS.....	99
III - IMPACTOS.....	100

DEPOIMENTO .....	102
FERRAMENTA DE SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS.....	103
EIXO 1:.....	103
EIXO 2.....	104
IV - CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS.....	105
MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES.....	107
<b>PROGRAMA DE GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL - PGGIR .....</b>	<b>113</b>
I – INTRODUÇÃO .....	114
JUSTIÇA CLIMÁTICA COM EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA .....	115
II - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS .....	118
OBJETIVO DO PROGRAMA .....	118
I EIXO – AÇÃO: PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES.....	118
ATIVIDADES REALIZADAS .....	120
II EIXO - PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	120
ATIVIDADES REALIZADAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS .....	122
III EIXO - DIREITOS DAS MULHERES .....	123
ATIVIDADES REALIZADAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS .....	125
III - ALGUMAS AVALIAÇÕES CONCLUSIVAS .....	126
HORA DA COLHEITA - RESULTADOS ALCANÇADOS.....	126
PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES .....	126
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	127
DIREITOS DAS MULHERES.....	127
INCIDÊNCIA POLÍTICA.....	128
IV - DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS – UTOPIAS NECESSÁRIAS PARA SEGUIR A CAMINHADA.....	129
DEPOIMENTOS – O SER E SENTIR DE QUEM FINCA OS PÉS NO CHÃO DO SEMIÁRIDO .....	131
<b>O MOC E A CAMPANHA É TEMPO DE COOPERAR .....</b>	<b>133</b>
CAMPANHA É TEMPO DE COOPERAR.....	134
APOIO ÀS COZINHAS SOLIDÁRIAS .....	135
PARCERIAS PARA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS .....	137
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXOS GERAIS ANO 2025.....</b>	<b>143</b>
PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS .....	144
RELAÇÃO DE COLABORADORES/AS EM 2025.....	148
DIRIGENTES MOC.....	151
CONSELHO FISCAL .....	151
COORDENAÇÃO COLEGIADA 2025.....	151
TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO 2025 .....	152
COLABORADORES/COOPERANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS .....	152

CONVÊNIOS DO EXTERIOR.....	152
CONVÊNIOS NÃO GOVERNAMENTAIS.....	152
CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS.....	153
CONTRATOS GOVERNAMENTAIS.....	154



## ELE FOI E FICA: HOMENAGEM A GILVAN ROGÉRIO VIEIRA DE ARAÚJO

Ele perpassava sorrindo por todas as pessoas e por todos os programas; adorava ir às comunidades e estava sempre pronto para vir e ajudar em todas as oportunidades.

Era mola mestra nas celebrações, manifestações e ocasiões em que estávamos juntos para colaborar.

A resposta, quase sempre imediata, que recebíamos ao solicitar qualquer demanda era a expressão: **NA HORA!!!**

Com todas essas qualidades, que a todos cativavam e ajudavam, amigo nosso em todas as horas, Gilvan, no ano de 2025, partiu em sua viagem definitiva.

Nossa pequenez não foi capaz de evitar esse desfecho, nem este momento.

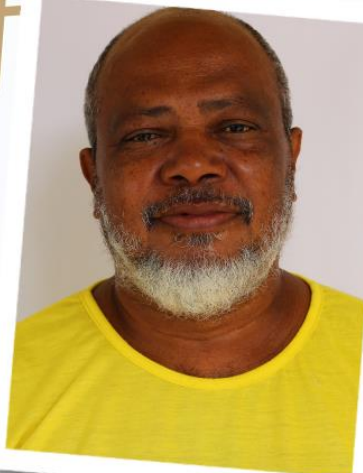
Ele, no entanto, não saiu de nosso meio, e nós não deixamos de nos referir a ele.

**Ele foi e está; ele foi e fica.**

De onde quer que esteja, com certeza estará velando e olhando por nós, seus amigos/as, companheiros/as, parceiros/as na caminhada. O MOC, sua casa por muitos e muitos anos, ao escrever o relatório de 2025, não poderia deixar de homenageá-lo.

Homenageiar é dizer que muito o amamos, que ele foi e é especial, que o temos sempre presente.

Homenageiar é dizer a ele que olhe por nós e esteja sempre presente.



# APRESENTAÇÃO

Apresentamos à comunidade o relatório do Movimento de Organização Comunitária (MOC) referente ao ano de 2025.

Um relatório singelo, construído a partir de processos pequenos e tendo como sujeitos principais as pessoas das comunidades que, organizadas em grupos, cooperativas e associações, querem deixar sua marca no mundo.

São pessoas e comunidades que estão inquietas com o patriarcalismo, com a violência contra as mulheres, crianças, adolescentes e jovens; inquietas porque não têm condições técnicas e estruturais de produzir; inquietas com a perspectiva de que, nos nossos dias, os agrotóxicos e venenos contaminam o ar, o solo, as águas, as matas e nossa alimentação; inquietas com a insegurança alimentar presente em muitos lares das comunidades rurais e periferias; inquietas porque não são muitas as oportunidades de organizar-se para beneficiar seus produtos e colocá-los em feiras, na alimentação escolar e mesmo nos mercados; inquietas porque a água é concentrada nas mãos de poucos, e a maioria ainda se depara com a dor e a injustiça do não direito à água; inquietas porque a comunicação é dominada por alguns poucos, e o exercício da comunicação popular, a partir das comunidades, está incipiente; inquietas porque a educação oferecida é manipuladora e desenraizada da vida.

São muitas e muitas as inquietudes e insatisfações, produtoras de uma vida sem participação, sem partilha e, para muitas pessoas, sem perspectiva. Inquietudes que geram uma vida difícil, árdua, quando poderia ser bem melhor e mais humana.

Estas pessoas e comunidades, no entanto, não se entregam. Querem mudar esta realidade e, por isso, se organizam das formas mais variadas, experimentando modalidades diferentes e mais humanas de viver.

O MOC nasceu e foi criado para apoiar estas pessoas e grupos em suas lutas, na conquista de direitos, na construção de comunidades de partilha, onde os sonhos de ser gente e viver bem não desapareçam.

Num mundo que destila ódio, morticínios, guerras insanas, concentração de renda e de oportunidades, o relatório do MOC é como o germinar e florescer de sementes de um mundo onde se pode viver bem e em paz.

Leiam, curtam, concordem, discordem, complementem, mas, sobretudo, engajem-se em construir uma sociedade diferente, onde viver valha a pena, onde respeitar os outros seja essencial, onde diminuam as inquietudes. Esta é a razão da publicação de nosso relatório.

Críticas e sugestões serão bem-vindas.

Célia Firmo  
Coordenadora Geral

# ÁREAS PROGRAMÁTICAS

# PROGRAMA ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA - PAPAA



## **PROGRAMA ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA (PAPAA)**

### **I - INTRODUÇÃO**

O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA, tem como seu objetivo específico: **Populações vulnerabilizadas do estado da Bahia consolidam modos de vida a partir de práticas de resiliências climáticas, da garantia de soberania e Segurança Alimentar Nutricional, incidindo politicamente, na perspectiva agroecológica e da convivência com o Semiárido.**

No ano de 2025, o PAPAA desenvolveu suas ações em articulação com organizações da sociedade civil, comunidades e famílias, com o propósito de promover reflexões acerca dos impactos decorrentes das mudanças climáticas em seus territórios. Tal fenômeno tem intensificado os períodos de estiagem, em decorrência da elevação das temperaturas e, em determinados municípios, acelerado processos de desertificação, resultando no agravamento da insegurança hídrica e alimentar.

No bioma Caatinga, esses efeitos têm comprometido a sociobiodiversidade, impactando significativamente a agricultura familiar, principal atividade produtiva desenvolvida pela maioria das comunidades rurais. Observa-se que os efeitos das mudanças climáticas incidem, de forma mais acentuada, sobre a produção de alimentos e a disponibilidade hídrica.

Diante desse cenário, o Programa ampliou sua atuação em espaços de incidência política, fortalecendo sua inserção em instâncias estratégicas nos territórios de atuação e nos municípios. Ressaltamos que as mudanças climáticas configuram-se como um dos maiores desafios para a sobrevivência da humanidade, tendo como uma de suas principais características o aumento acelerado e sem precedentes da temperatura global, o que compromete os modos de vida, sobretudo das populações rurais, e acarreta severos desequilíbrios ambientais.

No referido período, o programa concentrou suas ações na ocupação e no fortalecimento de espaços de incidência política, bem como na articulação com redes coletivas voltadas à convivência com o Semiárido e agroecologia. Nesse

sentido, buscou-se pautar estratégias voltadas ao fortalecimento das resiliências frente às mudanças climáticas, fenômeno que, no Semiárido brasileiro, tem provocado o prolongamento e a intensificação dos períodos de seca em uma região já vulnerável à desertificação.

O Programa retomou ações estruturantes e essenciais à promoção do bem viver, serão narradas detalhadamente neste relatório.

Atuou na implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, destinadas ao consumo humano. Também dinamizou a implantação de tecnologias de armazenamento de água para a produção de alimentos e a dessedentação animal, atuou ainda na implementação de tecnologias sociais de reuso das águas.

Realizou, junto às comunidades reflexões, e ações de preservação ao bioma Caatinga em áreas coletivas e familiares.

Em continuidade com diálogo com as famílias, foram ampliadas ações de assistência técnica e extensão rural, direcionadas às unidades produtivas familiares, com ênfase na participação e no fortalecimento das mulheres.

Todas as ações buscaram valorizar os saberes comunitários e as experiências que já existem nos territórios, voltadas para a convivência com o semiárido e para a agroecologia como perspectivas de sustentabilidade e sobrevivência dos povos do semiárido.

Apresentamos, a seguir, a relação dos territórios e municípios de atuação:

- **Território do Sisal:** Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Serrinha e Teofilândia;
- **Território Bacia do Jacuípe:** Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José, Serra Preta e Várzea da Roça;
- **Território Litoral Norte e Agreste Baiano:** Araçás e Catu;
- **Território Portal do Sertão:** Antônio Cardoso, Feira de Santana, Ipecaetá e Santo Estêvão;

- **Território Piemonte da Diamantina:** Mirangaba, Ourolândia e Umburanas.

O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia – PAPAA atua buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades e de suas famílias, com especial atenção às que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como aos povos e comunidades tradicionais.

Apresentamos, a seguir, sua atuação nos eixos em que as atividades estão inseridas.

## **II - EIXOS ESTRATÉGICOS DO PAPAA**

**EIXO 01** - Resiliência hídrica - acesso, manejo e uso das águas.

**EIXO 02** - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Para o alcance das ações dos eixos, o Programa considerou fundamental a articulação em redes nos territórios e municípios, bem como a integração em espaços colegiados e instâncias de participação social.

Destacam-se, nesse contexto, o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), o Fórum Baiano de Agricultura Familiar (FBAF), a Articulação do Semiárido (ASA), a Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Rede Feminista de Agroecologia, os comitês municipais de mudanças climáticas e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS).

Nesses espaços, foram promovidas reflexões acerca das medidas necessárias para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como a formulação de estratégias de atuação e de incidência junto à gestão pública. Ademais, foram pautadas ações emergenciais e estruturantes, de médio e longo prazo, com o objetivo de contribuir para a efetivação do acesso a direitos por parte das comunidades e famílias do semiárido baiano.

Tais ações integram os dois eixos temáticos do Programa, cuja finalidade é atuar no armazenamento de água e na assistência técnica a unidades produtivas familiares, contribuindo para o Bem Viver. A seguir, descrevemos a atuação de cada eixo e os resultados alcançados.

## **EIXO ESTRATÉGICO 01**

### **RESILIÊNCIA HÍDRICA - ACESSO, MANEJO E USO DAS ÁGUAS**

O acesso às águas no semiárido sempre foi um desafio, ainda mais acentuado para famílias de baixa renda em comunidades distantes dos aglomerados e do centro da cidade. Essas famílias convivem dia a dia com a falta de água e a impossibilidade de produzir ou criar animais.

São as tecnologias sociais que as aproximam do acesso ao direito de ter água. É sob o olhar das organizações da sociedade civil, que integram os espaços de debate da convivência com o Semiárido, que elas são alcançadas. Somente com toda essa atuação, junto aos parceiros, o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA) avançou de forma significativa nos eixos estratégicos que tratam do estoque das águas, contribuindo para a redução das condições de insegurança alimentar e nutricional e da insegurança hídrica enfrentada por comunidades e famílias do Semiárido.

Tais resultados foram viabilizados por meio de uma abordagem integrada e participativa, fortalecida na atuação em rede e na incidência política em níveis estadual, territorial e municipal.

Nesse contexto, a participação ativa de colaboradores do programa em conselhos estaduais, municipais e em outros espaços de governança contribuiu para o fortalecimento do diálogo institucional e para a qualificação das demandas apresentadas pelas comunidades, chegando prioritariamente a famílias vulneráveis, com foco na mitigação dos impactos decorrentes da estiagem e da pouca disponibilidade de tecnologias sociais de armazenamento hídrico para consumo humano, produção de alimentos e dessedentação animal.



Família contemplada com tecnologia social de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano, comunidade de

“Nosso sonho sempre foi ter a nossa cisterna. Nossa casa é nova; a gente morava com meu sogro, meu esposo trabalha como vaqueiro numa fazenda aqui perto, e quando a gente construiu nossa casa, o projeto de cisterna chegou. Depois que foi feita, logo choveu, encheu, e a gente usa com todo cuidado. A água é docinha, uma benção para nossa família.”  
— **Ana Angélica Cordeiro Lima**, atendida pelo Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (PIMC), comunidade de Abóboras, Riachão do Jacuípe-BA

No que se refere à ampliação de parcerias estratégicas, destaca-se o fortalecimento da agenda em prol da mitigação dos efeitos causados pelas mudanças climáticas, a ampliação do debate e a implementação de tecnologias que contribuem com o saneamento rural, historicamente subdimensionado nas políticas públicas. A implementação de tecnologias de reuso integral da água passou a ocupar posição de destaque como estratégia estruturante para o fortalecimento da resiliência hídrica nos territórios. Embora em pequenos números, fomentou a mobilização de organizações da sociedade civil e de atores institucionais, impulsionando reflexões qualificadas sobre a necessidade do avanço imediato da política e do financiamento do saneamento no meio rural.

No âmbito dessa agenda de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, o PAPAA contou com o apoio de diversas organizações e parceiros. Uma delas, a



**Famílias trocando vivências sobre Convivência Semiárido, mudanças Climáticas e culturas de estoque de alimentos, comunidade de Rose, no município de Santaluz.**

organização Horizonte 3000, por meio do projeto “Agenda 2030 no Semiárido Baiano”, implementou, em parceria com o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPA), reflexões sobre as tecnologias sociais de reuso das águas. A iniciativa promoveu o fortalecimento do diálogo entre sociedade civil e poder público, alinhando as ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Foram realizados processos formativos e espaços de debate sobre mudanças climáticas, estruturados em torno de eixos estratégicos como acesso à água, saneamento rural e recatamento.

Adicionalmente, continuamos nossa atuação junto ao projeto “Ciranda de Direitos por uma Caatinga Sustentável”, voltado ao fortalecimento da resiliência climática por meio da educação contextualizada e da mobilização social. A iniciativa desenvolveu ações junto a famílias, crianças e adolescentes, com foco no manejo sustentável da Caatinga e na promoção de práticas de convivência com o Semiárido.

No âmbito das parcerias institucionais consolidadas, destaca-se a continuidade de ações junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por

intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), voltada à dinamização da implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, destinadas à produção de alimentos e à dessedentação animal. Ainda na caminhada pelo alcance do direito à água, destinada ao consumo humano, o programa continuou a parceria com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (AP1MC) e celebrou, em 2025, nova caminhada com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES).

O MOC, por meio do PAPAA, atuou na implementação de tecnologias sociais de acesso à água em comunidades rurais, com destaque para a construção de cisternas de placas com capacidade de 16.000 litros. Todas as ações foram desenvolvidas em articulação com comissões executivas municipais, assegurando critérios participativos para a identificação e priorização de famílias em situação de vulnerabilidade hídrica.

#### **DESTAQUE DE ALGUNS RESULTADOS DO PROGRAMA EM 2025:**

- 56 municípios com sistemas de dessalinização de água do Programa Água Doce visitados, e com novos agentes multiplicadores do PAD diagnosticados para fortalecimento do programa, junto a gestores municipais e organizações da sociedade civil.
- 60 pessoas que integram os comitês municipais de recursos hídricos e grupos gestores de sistemas simplificados de água compartilharam experiências sobre gestão partilhada e coletiva do sistema de dessalinização e alternativas de resiliência hídrica.
- 1.110 famílias selecionadas e capacitadas em Convivência com o Semiárido e Gestão das Águas (GRH), integrando o programa de acesso a tecnologias de captação de água das chuvas, por meio das cisternas de placas destinadas ao estoque de água da chuva para consumo humano.
- 1.067 famílias foram contempladas com tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano.

- 189 famílias selecionadas para integrarem os programas de acesso às tecnologias de captação de água destinadas à produção de alimentos e dessedentação animal – Barreiro Trincheira e cisternas Calçadão.
- 189 famílias participaram de processos formativos sobre convivência com o semiárido e gestão das águas para produção de alimentos – (GAPA e SISMA).
- 100 famílias foram contempladas com tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para produção de alimentos e dessedentação animal, sendo 25 cisternas Calçadão e 75 Barreiros Trincheira.
- 85 famílias participaram de intercâmbios de experiências em convivência com o semiárido e manejos de água para produção.
- 4 municípios do território do Portal do Sertão participaram do encontro de comissões executivas municipais que executaram, com o MOC, a implementação de cisternas destinadas ao consumo humano.
- 120 famílias e jovens que integram o Projeto Parceiros por um Sertão Justo participaram de oficina sobre convivência com o semiárido e mudanças climáticas.
- 40 famílias que integram o Projeto Parceiros por um Sertão Justo participaram de dias de campo para acompanhamento dos sistemas de reuso das águas cinzas, anteriormente implementados.
- 60 representantes de organizações da sociedade civil participaram de oficinas municipais sobre mudanças climáticas e convivência com o semiárido.
- 30 famílias e jovens integrantes do Projeto Parceiros por um Sertão Justo participaram do Encontro com Parceiros Por um Sertão Justo, refletindo sobre ações do projeto junto a comunidades.
- 30 representantes de organizações sociais da sociedade civil e do poder público participaram do Encontro do Comitê Regional de Mudanças, com foco em refletir a atuação dos comitês nos municípios.
- 22 famílias e lideranças comunitárias locais participaram de intercâmbios de experiências sobre o Bioma Caatinga e as tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

- 168 famílias e lideranças locais participaram de dias de campo na perspectiva da convivência com o semiárido e agroecologia.
- 169 pessoas participaram das visitas locais realizadas pela equipe do MOC, com vista a dialogar sobre a política de saneamento básico e recaatingamento.



Família contemplada com tecnologia social de captação e armazenamento de água da chuva para produção de alimentos na comunidade de São José,

Formação de Agentes Multiplicadores do Programa Água Doce em Monte Santo.



No âmbito desse eixo, o Programa buscou que todas as ações desenvolvidas estivessem orientadas a contribuir para que as famílias ampliassem o estoque das águas, bem como desenvolvessem práticas de cuidado e conservação do bioma Caatinga.

Essas ações englobaram desde iniciativas comunitárias de preservação ambiental até a incidência junto a entes federativos, com vistas à adoção de medidas estruturantes de conservação. Nesse contexto, destacam-se as Comissões Executivas Municipais (CEM), conselhos e comitês municipais — compostos majoritariamente por representantes de movimentos sociais —, que desempenham papel estratégico no controle social, contribuindo para a

ampliação do acesso equitativo às tecnologias sociais e, ao mesmo tempo, fomentando processos de reflexão e debate sobre os impactos das mudanças climáticas.

Tais espaços também fortalecem uma abordagem integrada na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à gestão de recursos hídricos e à promoção da segurança alimentar e nutricional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Adicionalmente, destaca-se como ação estratégica do PAPAA a atuação com assistência técnica a unidades produtivas familiares. Essas ações têm como foco a dinamização de práticas agroecológicas e o fortalecimento das estratégias de convivência com o Semiárido, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas produtivos locais.

## **EIXO ESTRATÉGICO II**

### **AUTONOMIA PRODUTIVA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Em 2025, o Programa Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA), por meio do eixo de ATER Agroecológica para o Bem Viver, ampliou sua atuação, alcançando novos municípios, comunidades e famílias por meio de editais públicos de assistência técnica e extensão rural. A assessoria gratuita e continuada, construída com diálogo, respeito e troca de saberes entre equipe técnica e agricultores, contribuiu para melhorar as condições de vida das famílias e de seus territórios.

Houve também a ampliação qualificada da participação de representações locais e territoriais nas relações com as comunidades e famílias. Destacaram-se as parcerias com entidades da agricultura familiar, como sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações comunitárias, cooperativas de produção e

comercialização e agências de crédito cooperativo. Houve ainda articulação com o poder público municipal, especialmente por meio das secretarias de agricultura, meio ambiente e assistência social, além de interlocução com instâncias estaduais e federais, através de escritórios territoriais e secretarias com agendas convergentes à missão institucional.

Foi por meio desses diversos espaços que fortalecemos a coletividade e ampliamos as ações que promoveram o acesso ao crédito, à produção e comercialização dos produtos agroecológicos, às tecnologias de resiliência hídrica e climática, e o acesso às políticas públicas, potencializando os caminhos para o bem viver das famílias agricultoras e comunidades. Outro ponto a se destacar é nossa participação ativa em redes e articulações coletivas, como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA), 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e IV Seminário Estadual de Recaatingamento, além da atuação no Comitê Estadual da Biosfera da Caatinga e Comitê de Mulheres do CONDRAF, entre outros, que viabilizam e potencializam nossas ações.

O Programa teve como estratégia fundamental a busca constante de qualificação, contribuindo para que as famílias tivessem um serviço de ATER com metodologias educativas que respeitam os conhecimentos locais, promovem tecnologias sociais adaptadas e apoiam o fortalecimento das culturas e manejos sustentáveis em meio às condições da convivência com o Semiárido.

Em 2025, evidenciou-se a capacidade da equipe em manter um processo contínuo de monitoramento, planejamento e execução de ações voltadas à transformação social. Por meio de atendimentos diretos e parcerias estabelecidas, foi possível ampliar significativamente o número de famílias com acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), tanto de forma individual quanto por meio de mutirões; avançar na regularização ambiental através do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais da Bahia (CEFIR); e possibilitar o acesso ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No mesmo ano, foi iniciado o Projeto de Resiliência Hídrica e Climática no Território do Sisal, estruturado como estratégia de fortalecimento da preservação

ambiental e da segurança hídrica em contextos marcados por vulnerabilidades climáticas e socioeconômicas. Também teve início o Projeto Bahia Sem Fome, no território da Bacia do Jacuípe, voltado à redução dos índices de insegurança alimentar e nutricional grave no Estado, com prioridade para famílias em situação de extrema pobreza, tanto na zona rural quanto urbana.

Uma das principais ações e conexões do projeto Bahia Sem Fome é o incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar, de base agroecológica, e de cooperativas, destinando-os ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), movimentando a economia local. De forma semelhante, os projetos ATER Biomass — nos territórios da Bacia do Jacuípe e Sisal — e ATER Mulheres — no território do Sisal —, com acompanhamento técnico contínuo, possibilitaram avanços na comercialização dos produtos das famílias no PAA e PNAE.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) consolidou-se como instrumento essencial para a transformação da agricultura familiar, assumindo papel estratégico na construção de sistemas produtivos de base agroecológica, sustentáveis, resilientes e socialmente justos, promovendo autonomia e fortalecimento organizativo das famílias.



**Família assistida pelo ATER Biomass na comunidade de Sinuque, município de Nova Fátima**

A partir do acompanhamento sistemático das famílias e de suas organizações, ampliaram-se as capacidades de adaptação climática, especialmente por meio da adoção de tecnologias sociais de captação e

armazenamento de água da chuva, inclusive com acesso de parte das famílias a programas estaduais. O Projeto de Resiliência Hídrica e Climática, com a ação do ATER, tem papel central no processo de valorização de saberes tradicionais, adaptação às condições ambientais, reuso das águas e autonomia produtiva das famílias agricultoras.

Diante das incertezas hídricas do Semiárido, a assessoria técnica dos projetos orientou as famílias e comunidades para o planejamento produtivo baseado na lógica do armazenamento. Nesse processo, a cultura do estoque passou a ocupar papel central: armazenar não apenas grãos, mas também forragem, sementes e água tornou-se uma estratégia permanente de convivência com o clima. Com o fortalecimento dessas práticas, ampliou-se especialmente a reserva hídrica e alimentar das propriedades. Foram estocadas mais de 20 toneladas de silagem e fenação, garantindo segurança alimentar, estabilidade para os rebanhos e maior tranquilidade das famílias frente às variações climáticas.

Considerando as mudanças climáticas e as particularidades do bioma Caatinga, caracterizado por longos períodos de seca, o projeto Edu-Cativando na Caatinga desenvolve ações em seis municípios do Semiárido baiano, voltadas à promoção da educação ambiental agroecológica, ao fortalecimento da resiliência comunitária e ao aprimoramento das formas de convivência sustentável com o bioma.

Além disso, uma das propostas realizadas pelo projeto foi a criação de comitês ambientais nos municípios, que, com base na cartografia participativa realizada, permitem que as famílias percebam as degradações ambientais ocorridas ao longo do tempo e suas consequências para as comunidades.

O ATER demonstrou avanços significativos nos campos econômico, social e ambiental, com ampliação da produção de alimentos saudáveis, aumento da renda, incentivo à conservação do bioma Caatinga e fortalecimento da participação política das mulheres rurais.

Mesmo diante de desafios como estiagens prolongadas, escassez de água e a necessidade de ampliar o apoio à certificação e à comercialização, o ATER reafirma seu papel estratégico na consolidação da agricultura familiar agroecológica e no fortalecimento da autonomia das mulheres do campo,

evidenciando a relevância de políticas públicas integradas e estruturantes no Semiárido baiano.

Para além dos resultados produtivos, o ATER Mulheres promoveu mudanças significativas na vida social e pessoal das agricultoras:

"Antigamente, a gente não trabalhava na agricultura. Era só da pia para o fogão. Eu era dona de casa, não tinha visitas, nem liberdade para sair ou conhecer experiências fora da nossa realidade. Mas, com a chegada do MOC, tudo mudou. Hoje, eu tenho o direito de sair, participar de intercâmbios, conhecer outros agricultores e aprender com suas experiências. A gente ganhou o direito de ver e viver coisas novas. E o melhor: hoje temos uma mesa verde dentro de casa. Quando falo isso, não é só sobre a minha casa, mas também a dos meus vizinhos. A gente planta, se alimenta e compartilha com quem está por perto. Isso é muito gratificante."

— **Maria José Almeida**, beneficiária do projeto ATER Mulher apoiado pelo MOC.

Portanto, também houve avanço no manejo sustentável dos recursos naturais, na ampliação dos quintais produtivos e na criação de pequenos animais, fortalecendo a soberania e a segurança alimentar, além de ampliar a produção de alimentos saudáveis para autoconsumo e comercialização.

As ações estimularam ainda o associativismo, o cooperativismo e a participação em redes e movimentos sociais, contribuindo para a organização socioproductiva das famílias. Como resultado, ampliou-se o acesso a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo regularização documental, crédito rural, armazenamento de água, compras institucionais, programas de fomento produtivo e regularização ambiental.

## **RESULTADOS DO PAPAA NOS TERRITÓRIOS – 2025**

- 86 cursos formativos com temáticas relacionadas ao Bioma Caatinga foram realizados, integrando teoria e prática para qualificação dos agricultores, atendendo às demandas das comunidades rurais e promovendo fortalecimento produtivo com práticas sustentáveis.

- 160 dias de campo grupal foram realizados, voltados à execução dos planos de ação das comunidades, com foco nos sistemas produtivos e na adoção de técnicas e manejos que promovem a melhoria das atividades e geração de renda.
- 9 reuniões de articulação com parceiros locais foram realizadas, apresentando os objetivos e metas alcançadas do projeto ATER Biomas junto a parceiros municipais dos territórios da Bacia do Jacuípe (Nova Fátima, Pé de Serra, Serra Preta, Riachão do Jacuípe) e do Sisal (Santaluz, Barrocas, Araci, Teofilândia, Biritinga).
- 7.739 visitas técnicas às Unidades de Produção Familiar (UPFs) foram realizadas, consistindo em acompanhamento individual dos planos de ação, implementação do planejamento das famílias e manejo dos subsistemas da agricultura familiar.
- 28 palestras sobre controle zoofitossanitário foram realizadas, voltadas à compreensão e ao fortalecimento de estratégias de segurança nas comunidades rurais da Bacia do Jacuípe.
- 50 planos produtivos individualizados das UPFs foram elaborados, com foco no desenvolvimento ambiental, hídrico e produtivo das unidades de produção familiar.
- 4 reuniões com parceiros locais foram realizadas para apresentação, identificação das comunidades e cadastramento das famílias assessoradas pelo projeto de Resiliência Hídrica e Climática.
- 100 visitas de diagnóstico e caracterização das UPFs foram realizadas, levantando informações produtivas, sociais e ambientais, incluindo indicadores de avaliação do projeto e identificação das potencialidades produtivas para implementação de tecnologias sociais de resiliência climática e hídrica.
- 200 cadastros de diagnóstico foram sistematizados, com atualização de dados ambientais, sociais e econômicos das famílias, visando planejamento, monitoramento e acompanhamento técnico.
- 400 planos produtivos foram elaborados, com foco na identificação das potencialidades das UPFs.

- 3 oficinas de capacitação foram realizadas, fortalecendo habilidades, ampliando conhecimentos técnicos e incentivando mulheres para implementação de práticas, desenvolvimento de processos e acesso às políticas públicas.
- 30 atividades coletivas de ATER por mediação foram realizadas, com encontros presenciais de grupos de beneficiárias para desenvolvimento de práticas e abordagem de temas comuns, no âmbito do ATER Mulheres.
- 1 seminário foi realizado, abordando participação política e desigualdades no acesso às políticas públicas, em âmbito regional.
- 1 Encontro de Mulheres Rurais foi promovido, voltado ao diálogo sobre gênero, raça e Bem Viver, com foco na qualificação técnica, troca de saberes e fortalecimento do protagonismo sociopolítico.
- 12 reuniões de articulação com parceiros foram realizadas, apresentando o projeto a organizações da agricultura familiar, sindicatos, associações, coletivos de jovens, organizações de mulheres, cooperativas, conselhos municipais (CMDS), colegiado territorial (CODETER), poder público e representantes da Bahiater (SETAF) nos municípios atendidos — Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima, Baixa Grande, Várzea da Roça e Mairi.
- 840 levantamentos socioeconômicos e geolocalizações foram realizados, por meio de visitas com metodologia de busca ativa, compreendendo características, demandas e necessidades das famílias agricultoras.
- 840 cadastros do grupo familiar foram realizados, com visitas individuais às unidades produtivas para registro das famílias beneficiárias do projeto ATER Bahia Sem Fome, assegurando participação de mulheres e jovens e identificando potencial produtivo e organizacional.
- 729 caracterizações da UPF I foram realizadas, diagnosticando os sistemas produtivos familiares e subsidiando o planejamento das ações junto às famílias e comunidades.

- 701 planos produtivos das UPFs foram elaborados, por meio de visitas individuais, identificando desafios e potencialidades e projetando o desenvolvimento futuro das unidades.
- 206 visitas técnicas foram realizadas, com foco na orientação para implementação dos planos produtivos, após mobilização, cadastramento, caracterização e planejamento das UPFs.
- 701 visitas técnicas sociais foram realizadas, visando compreender a realidade social das famílias, incluindo moradia, saúde, educação e situação socioeconômica, subsidiando o acompanhamento social da ATER.
- 24 demonstrações didáticas foram realizadas, promovendo orientação prática e troca de experiências entre famílias, alcançando aproximadamente 80 participantes.
- 9 oficinas evolutivas de cartografia participativa foram realizadas, envolvendo a comunidade na construção de mapas, promovendo inclusão social e democratização do conhecimento geoespacial.
- 10 oficinas de CEFIR foram realizadas, voltadas à regularização ambiental de propriedades rurais por meio do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais na Bahia.
- 124 famílias comercializaram alimentos por meio dos programas institucionais PAA e PNAE, gerando aproximadamente R\$ 314.978,00.
- 48 famílias acessaram fomento produtivo no valor de R\$ 220.800,00, promovendo aumento da produção, geração de trabalho e renda, e segurança alimentar e nutricional.
- 277 mulheres acompanhadas obtiveram o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), instrumento essencial de acesso às políticas públicas, programas de incentivo e crédito rural.
- 190 mulheres assessoradas pelo projeto acessaram crédito rural, promovendo autonomia financeira, empoderamento e sustentabilidade no campo.
- 95 mulheres passaram a comercializar alimentos em feiras e programas institucionais do governo.

- 89 mulheres forneceram produtos para a alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- 145 CEFIR foram realizados ou atualizados, garantindo a regularização ambiental dos imóveis rurais.
- 980 famílias atendidas pelo ATER receberam doação de cestas alimentares do programa Bahia Sem Fome, beneficiando aproximadamente 3.830 pessoas nos municípios de Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima, Baixa Grande, Várzea da Roça e Mairi.



**Família assistida pelo ATER Mulheres, em Santaluz**

O conjunto dessas ações evidencia que o eixo de ATER Agroecológica para o Bem Viver contribuiu de forma significativa para o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios atendidos, promovendo a integração entre produção, organização social e acesso a políticas públicas.

A atuação articulada e contínua possibilitou avanços concretos na geração de renda, na segurança alimentar e na inserção produtiva das famílias, especialmente das mulheres, consolidando processos de autonomia e protagonismo no meio rural.

Além disso, as estratégias adotadas fortaleceram a convivência com o Semiárido, por meio da difusão de tecnologias sociais, do manejo sustentável dos recursos naturais e da valorização dos saberes locais. A ampliação do acesso ao

crédito, à regularização ambiental, aos mercados institucionais e às ações formativas contribuiu para estruturar sistemas produtivos mais resilientes, diversificados e sustentáveis, alinhados aos princípios da agroecologia.

Por fim, o eixo reafirma o papel estratégico da ATER como instrumento de transformação social, ao promover não apenas melhorias produtivas, mas também impactos sociais, ambientais e políticos nos territórios. Os resultados alcançados demonstram a importância de políticas públicas integradas e da continuidade das ações, fortalecendo caminhos para o bem viver das famílias agricultoras e para o desenvolvimento sustentável do Semiárido baiano.

### **III - CONCLUSÃO**

Ao final do exercício de 2025, torna-se fundamental promover uma reflexão ampliada e qualificada sobre as práticas, metodologias e estratégias adotadas pelo Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA), que encerra o período com profundo reconhecimento a todas as organizações, comunidades, movimentos sociais, agricultores e agricultoras que, de forma articulada, contribuíram para o fortalecimento das ações em defesa da justiça social e do Bem Viver no Semiárido.

O ano foi marcado por intensos processos de mobilização social, evidenciando a capacidade de articulação, resistência e incidência das comunidades e organizações parceiras. Essas parcerias fortaleceram a construção coletiva de alternativas sustentáveis e ampliaram a incidência política em defesa de direitos.

Nesse sentido, projeta-se para 2026 o aprofundamento de uma atuação ainda mais articulada e comprometida com a transformação social. Entre as perspectivas para o próximo período, destaca-se a ampliação da participação em espaços de formulação, proposição e avaliação de políticas públicas. O fortalecimento do trabalho em rede seguirá como eixo estruturante, com vistas à transformação de experiências e práticas exitosas em políticas públicas efetivas, especialmente no campo das resiliências climáticas.

Soma-se a isso a ampliação e dinamização das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, bem como a continuidade da assessoria técnica como estratégia central para a promoção da autonomia produtiva, o fortalecimento da organização sociocomunitária e a melhoria das condições de segurança alimentar das famílias acompanhadas.

Ainda como desafios para o próximo período, destacam-se a necessidade de ampliação das estratégias de comercialização da produção oriunda das unidades produtivas familiares, o avanço nos processos de certificação agroecológica e a expansão das implementações de tecnologias voltadas à resiliência hídrica — com observância à água do cuidado.

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), por meio do PAPAA, reafirma a relevância da integração entre organizações sociais, poder público e rede de articulação como estratégia de transformação social, construindo mudanças significativas nas condições de vida, no fortalecimento do tecido social e na ampliação da capacidade convivência com o Semiárido. A caminhada segue por um Sertão justo para homens, mulheres, crianças e jovens que nele habitam.

# PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA PECONTE



## PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA (PECONTE)

### 25 ANOS DO PROJETO BAÚ DE LEITURA: LENDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO CIDADANIA



## I - INTRODUÇÃO

Em 2025 o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) festejou os 25 anos do Projeto Baú de Leitura. Uma experiência de leitura lúdica, crítica e contextualizada, em construção de leitores críticos, através de metodologia apropriada que incentiva a arte, cultura e pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes de escolas do campo nos municípios de atuação.

Iniciamos um novo ciclo de Planejamento Estratégico 2025 – 2035, reformulando o objetivo do PECONTE: **Crianças e adolescentes de municípios de atuação do MOC, em situação de vulnerabilidade social e ambiental, conhecem e acessam direitos que contribuem para o desenvolvimento das potencialidades, fortalecendo as identidades e a cultura, através da Educação do Campo Contextualizada continuada.**

Para alcançar o objetivo se estabeleceu quatro eixos de ações:

1. Formação continuada com professoras/es, coordenadores/as e gestoras/es escolares e municipais;
2. Formação com representantes da Sociedade Civil e Rede de Proteção Criança e Adolescente;
3. Arte, cultura, jogos cooperativos e protagonismo de crianças e adolescentes no acesso aos direitos para melhoria da aprendizagem;
4. Incidência política e sistematização de experiências na defesa de Educação do Campo Contextualizada e direitos de crianças e adolescentes.

Durante o ano, foram desenvolvidas atividades buscando o alcance desses objetivos, a partir do tema anual da Ficha Pedagógica 2025: **Educação do Campo Contextualizada Contribuindo para as Resiliências Climáticas diante da Crise Socioambiental no Semiárido Baiano.** A Ficha Pedagógica é o planejamento, itinerário pedagógico desenvolvido nas escolas do campo, com a comunidade para o trabalho escolar com as crianças e adolescentes.

No ano anterior, enfrentamos desafios a serem superados este ano, como por exemplo, aprofundar a compreensão da crise climática, contextualizando-a com as ações da escola, e melhor compreensão do itinerário do CAT, pois alguns professores novos ainda separam: momento de trabalhar a problemática X momento de trabalhar os conteúdos, operando-os de forma estanque, como se fossem dois trabalhos. Com as mudanças das gestões municipais, também havia necessidade de intensificar novas

formações e estreitar os diálogos com novos gestores e coordenadores. Retomar estes desafios e inserir no Planejamento Anual desse ano.

A partir de cada eixo de ação realizamos as atividades durante o ano, conforme descrevemos a seguir.

## **II - PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS A PARTIR DOS EIXOS:**

### **EIXO 1: FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORAS/ES, COORDENADORES/AS E GESTORAS/ES ESCOLARES E MUNICIPAIS**

Foram realizadas atividades tanto na formação com coordenações municipais e gestores, quanto com professoras/es das escolas do campo.

#### **A) FORMAÇÃO COM COORDENAÇÕES MUNICIPAIS E GESTORES DE ESCOLAS DO CAMPO:**

Foram 04 (quatro) Encontros Formativos, de dois dias cada, com gestoras e coordenações municipais da Educação do Campo (CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo e do Projeto Baú de Leitura).

Esses encontros tem como objetivos avaliar, monitorar e planejar a práticas pedagógicas a partir da temática anual da Ficha Pedagógica, visando o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das resiliências climáticas e outras ações que ajudam as famílias a viver com maior qualidade nas comunidades diante da crise climática. Ou seja, a partir das pesquisas da realidade, dos conhecimentos produzidos na escola e socializados com as famílias, busca-se melhorar a vida na comunidade.

Ressalta-se que o planejamento pedagógico anual do projeto CAT é feito com a construção coletiva da Ficha Pedagógica que é uma espécie de roteiro com o itinerário pedagógico dos passos metodológicos: conhecer, analisar e transformar, inseridos os conteúdos curriculares de forma contextualizada e interdisciplinar, bem como ajudar no processo de desenvolvimento comunitário.

No primeiro encontro realizou-se um estudo mais aprofundado sobre a Ecopedagogia e as resiliências, buscando sensibilizar para maior cuidado ambiental no Semiárido, a partir da temática da Ficha Pedagógica. Neste primeiro encontro do ano com as coordenações, foi realizado um planejamento com oficinas, seminários e ações que as coordenações iriam realizar durante o ano.



**Foto: Arquivos MOC – Encontro Coordenações e Gestões Escolares – março 2025**

Já o segundo encontro, realizado no mês de junho, se avaliou o primeiro semestre e fez um estudo sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030, com orientações de inserção nas práticas escolares, relacionando com a temática anual da Ficha Pedagógica. Também houve estudos e reflexões sobre concepção de Educação do Campo Contextualizada e de leitura, a partir das ações do Projeto Baú de Leitura que tinham sido planejadas no primeiro encontro em março.



**Arquivos MOC – Encontro com Coordenações e Gestões Escolares – junho 2025**

Neste encontro também se dialogou sobre a importância do planejamento e o papel das coordenações municipais no acompanhamento das ações e planejamento do trabalho do CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade, bem como atividades do Baú de Leitura nos municípios.

O terceiro encontro no mês de setembro, realizou-se também avaliação e fez-se um debate sobre a conjuntura da Educação do Campo e o lançamento da Política Nacional de Educação do Campo (Novo PRONACAMPO), do governo federal. É um programa que apoia os municípios no desenvolvimento da Educação do Campo, com mais financiamento, apoio para formação, para materiais pedagógicos, entre outras ações.

Houve uma explanação por parte do Professor Fábio Josué Souza dos Santos da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) que compõe a Rede de Escolas Multisseriadas. Em seguida, através de trabalhos em grupos, se planejou a adesão dos municípios ao Novo PRONACAMPO, bem como a articulação das ações para fortalecer o CAT que já é uma experiência de Educação do Campo já realizada nos municípios.

Neste encontro, início da primavera, também, aprofundou-se o debate sobre as resiliências climáticas, especialmente dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com apresentação de experiências dos municípios nas dimensões das práticas escolares e resiliências climáticas. Desde a saúde mental, ao cuidado com ambiente da caatinga, refletindo o papel da escola na produção de conhecimentos para convivência com o Semiárido.



**Arquivo MOC – terceiro Encontro com Coordenações e Gestões Escolares – setembro 2025**

Durante todo o ano o PECONTE/MOC teve uma preocupação com a saúde mental de educadoras/es, sempre fazendo um diálogo com profissionais da área de Psicologia para contribuir no fortalecimento da identidade, na melhor compreensão de processos para garantir a saúde mental diante dos desafios.

Momento de avaliar o ano, o quarto Encontro com as Coordenações Municipais, foi realizado em dezembro, para avaliação anual e sistematizar os resultados alcançados durante o ano, com a temática da Ficha Pedagógica, com o projeto Baú de Leitura e as ações pedagógicas contextualizadas a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e resiliências climáticas.

Neste quarto encontro de avaliação, houve uma retomada sobre o Novo PRONACAMPO, contou com a presença de representação do Ministério da Educação (MEC) explicando todo o funcionamento, ressaltando que busca fortalecer experiências que os municípios já desenvolvem.



**Arquivo MOC quarto Encontro com Coordenações e Gestões Escolares – dezembro 2025**

## **COMO PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO COM COORDENAÇÕES PODEMOS DESTACAR:**

- 16 Municípios construíram Fichas Pedagógicas com a temática de Educação Contextualizada e resiliências climáticas e contou com acompanhamento das coordenações;
- Município de Santaluz aprovou a Lei Municipal de Educação do Campo Contextualizada e fez a revisão do Plano Municipal de Educação;
- 16 municípios realizam planejamento com a Ficha Pedagógica a partir das formações com as coordenações, com estudos de Ficha inserindo temáticas como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), resiliências climáticas entre outros;
- Inserção da metodologia CAT no Fundamental II (Barrocas e Cansanção), em fase inicial, conforme desafio apontado no ano anterior;
- Mais de 3.500 mudas de árvores nativas adquiridas e distribuídas para plantio nas escolas e comunidades;
- Cerca de 52 hortas pedagógicas escolares construídas, contribuindo para alimentação escolar e aprendizagem das crianças;

Do ponto de vista da compreensão sobre a crise socioambiental e a necessidade de construir resiliências climáticas com tecnologias adaptadas ao Semiárido, percebe-se uma maior compreensão, porém ainda é um desafio conhecer com mais profundidade e firmar parcerias para ampliar as resiliências nas comunidades.

### **B) FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORAS/ES**

Foram realizadas 25 (vinte e cinco) formações continuadas com professoras/es com temáticas diversas a partir da Ficha Pedagógica que em 2025 foi: **Educação do Campo Contextualizada contribuindo para as Resiliências Climáticas diante da Crise Socioambiental no Semiárido Baiano.**

A questão da crise socioambiental exigiu estudos mais aprofundados e preparação de materiais para as formações. Nesse sentido, nas formações

com professoras/es realizou-se estudos sobre: Currículo Contextualizado e Convivência com o Semiárido, Agroecologia, Segurança Alimentar, Educação Antirracista e não sexista. Também foram realizadas oficinas de leitura lúdica e contextualizada, com orientações sobre teatro, dança e brincadeiras infantis com Projeto Baú de Leitura.

Algumas oficinas foram realizadas para construção de hortas escolares de forma pedagógica, envolvendo as crianças para o cuidado ambiental, o conhecimento de solo e formas de cuidar de uma horta.

Para melhor compreensão da temática da Ficha Pedagógica realizou-se também 12 Dias de Estudos nos municípios para construção do planejamento de unidades letivas e estudos da metodologia, preparando atividades a ser realizadas nas escolas de forma contextualizada e interdisciplinar.

Esse ano o **Baú de Leitura completou 25 anos de atuação**. Foram doados aos municípios 26 (vinte e seis) Baús para as escolas e realizadas Formações sobre a Metodologia para atuação com a metodologia. Buscou-se fortalecer parcerias para os municípios que receberam Baús, adquirir outros.



**Formação em sensibilização de leitura e entregas de Baús de Leitura**

Com apoio do Projeto Edu-Cativando na Caatinga, realizou-se 17 (dezessete) reuniões de intercâmbio e planejamento para criar currículo

contextualizado nas escolas de 06 (seis) municípios: Araci, Barrocas, Nova Fátima, Retirolândia, Riachão do Jacuípe e Santaluz. Nestas reuniões observou-se que diversas escolas precisavam atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) inserindo a metodologia do CAT em todas as salas de aulas e como uma proposta da escola e não apenas da/o professor/a.



**Dia de Estudo com professoras/es sobre crise socioambiental e resiliências**

Contamos também com apoio do Projeto Agenda 2030 no Semiárido Baiano, que contribuiu para sensibilizar gestores e professores sobre a importância de a escola adotar práticas pedagógicas na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Havia pouco conhecimento sobre esta questão entre professores. Este trabalho contou com a parceria de uma entidade, a Associação Ciranda das Mulheres, que realizou atividades formativas cooperando com o trabalho do CAT em 10 (dez) municípios do Semiárido.

Nas formações dialogavam sobre resiliências climáticas, com experiências práticas de plantios de árvores nativas do semiárido, hortas, reuso das águas cinzas, cuidados com o lixo, cuidado com o consumo e segurança alimentar.



**Formação Professoras/es e Gestoras/es  
sobre concepção Educação do Campo**

## **COMO RESULTADO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO COM PROFESSORAS/ES DESTACAMOS:**

- Apropriação e melhor compreensão da crise socioambiental e resiliências climáticas – planejando o trabalho com práticas pedagógicas nas escolas;
- Inserção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas práticas escolas em 16 escolas: cultivo de hortas, passeios ecológicos para conhecer a caatinga e aprender a preservar, conhecimento sobre reuso das águas cinzas, plantio de árvores frutíferas da caatinga nas escolas, entre outras;
- Mudanças de atitudes a partir das formações sobre racismo (educação antirracista);
- Maior envolvimento das famílias no trabalho das escolas com temáticas relacionadas à convivência com o semiárido, resiliências climáticas e maior cuidado ambiental.

Os desafios ainda são grandes, a cada ano, professoras/es novas/es começam a trabalhar, às vezes com contratos temporários, necessitando de formação e percebe-se alguns professores não compreendem bem a proposta metodológica do Conhecer, Analisar e Transformar (CAT),

desenvolvendo ainda uma educação conteudista e descontextualizada. Outro desafio é que o CAT não está em todas as escolas do campo do município, às vezes numa mesma escola nem todas as turmas desenvolvem.

Através do Projeto Agenda 2030 no Semiárido Baiano, o MOC, juntamente com o IRPAA – Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada, realizou um Intercâmbio Regional em Educação do Campo Contextualizada, visitando a experiência do MOC nas escolas no município de Riachão do Jacuípe. O evento também contou com a participação da entidade Associação Ciranda das Mulheres (ASCIM) que desenvolvem ações educativas do campo juntamente com o MOC.

O esforço este ano, para vencer alguns desafios apontados no ano anterior, foi para que o CAT estivesse inserido em todas as escolas e começasse a ser inserido no Fundamental II (do 6º ao 9º ano), pois ainda está da alfabetização ao 5º ano apenas. Porém, isso depende também de uma vontade política do município, dos gestores e, especialmente do papel dos movimentos sociais e da sociedade civil organização em fazer incidência política e provocar, cobrar das gestões municipais.

Em alguns municípios as secretarias de educação fazem adesões a diversos projetos que chegam e não conseguem compreender o CAT enquanto uma proposta político pedagógica e articular com a metodologia do CAT. Com isso sobrecarrega professoras/es e os resultados são imediatistas.

Para tentar superar estes desafios, o MOC planeja ampliar formação com gestores e sociedade civil, bem como fortalecer a compreensão da proposta CAT e Baú de Leitura enquanto metodologia de uma educação crítica, conhecedora e produtora de conhecimentos para transformar/melhorar a vida na comunidade.

## **EIXO 2: FORMAÇÃO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E REDE DE PROTEÇÃO CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Desafio apontado ano passado: a necessidade de envolver mais a sociedade civil nas questões de educação e de direitos de criança e adolescente. Em 2025 o MOC tentou contribuir para maior articulação da sociedade civil para se organizar uma ação mais propositiva nos municípios, buscando superar este desafio.

Nesse sentido, foram realizadas reuniões municipais e seminários com a sociedade civil dialogando sobre Educação do Campo Contextualizada e Direitos de Crianças e Adolescentes. Representações da sociedade civil participaram dos encontros formativos nos municípios e nos encontros regionais com as coordenações municipais, dialogando sobre a situação local, a crise de participação e elaborando plano de ação.

Com apoio do Projeto Agenda 2030 desenvolvido em parceria com a Associação Ciranda das Mulheres, foram realizadas 10 Oficinas sobre Educação do Campo Contextualizada e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com entidades da sociedade civil. Nessas formações, avaliou a realidade das comunidades e das escolas e construiu um **plano de ação** para atuar contribuindo para que as escolas do campo adotassem práticas educativas a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por outro lado, a sociedade civil ainda não participa de forma mais qualificada dos espaços de construção e proposições de políticas públicas a exemplo dos conselhos de educação, conselho de direitos de crianças e adolescentes, fóruns e redes. Buscou debater estas questões e incentivar maior participação.

Mas continua sendo um desafio e no próximo ano ainda mais, por se tratar de um ano de eleições gerais no Brasil, algumas lideranças se envolvem, porém ainda não percebem a Educação do Campo como processo formativo permanente e que pode contribuir para melhorar a vida nas comunidades.

O MOC tem procurando incentivar esses processos formativos com a sociedade civil, ampliando parcerias, buscando qualificar diretorias, incentivar participação de juventude e de mulheres.



Formação Professoras/es e Gestoras/es sobre concepção Educação do Campo

No final do ano foi realizado um Seminário Avaliativo com análise da situação política do Brasil, especialmente do campo brasileiro, onde o fechamento de escolas estava acelerado, reduzindo um pouco em 2025, mas há necessidade da sociedade se mobilizar e agir para impedir a retirada desse direito das crianças e adolescentes de frequentar escolas próximas de sua residência.



### **COMO RESULTADO DESSA AÇÃO PODEMOS DESTACAR:**

- 15 representantes da sociedade civil participam de ações conjuntas da Educação do Campo nos municípios e em âmbito regional;
- 04 entidades da sociedade civil (Retirolândia, Feira de Santana, Nova Fátima e Riachão) se inseriram nos espaços de controle social dos direitos (conselhos) de crianças e adolescentes;
- 01 Rede de Proteção dos direitos de criança e adolescente fortalecida (Retirolândia) e Feira de Santana em construção.

Continuará sendo desafio incentivar a participação da sociedade civil em espaços para defesa de direitos à Educação Contextualizada e direitos de crianças e adolescentes especialmente do campo. No próximo ano, buscaremos dar continuidade a este processo.

### **EIXO 3: ARTE, CULTURA, JOGOS COOPERATIVOS E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ACESSO AOS DIREITOS PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM**

Crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos. Com esta concepção o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) desenvolve suas ações, desde o processo de formação com professores para que adotem metodologia que incentivam o pensamento crítico, o protagonismo bem como a produção e aquisição de conhecimentos contextualizados.

Nessa perspectiva incentivamos a arte, cultura, jogos cooperativos e não competitivos para que as crianças e adolescentes melhorem suas aprendizagens e seu pleno desenvolvimento. Durante o ano as escolas preparam as comemorações dos 25 anos do Baú de Leitura e as crianças produziram dramatizações, músicas, danças, cartazes, pinturas e outras linguagens a partir dos livros do projeto.



**Dia Lúdico com crianças –  
Projeto Baú de Leitura**

Além dos Dias Lúdicos realizados nas escolas por professoras e professores com a metodologia CAT e Baú de Leitura, a Equipe MOC também realizou nas comunidades 06 (seis) atividades lúdicas e 03 (três) Intercâmbios culturais com crianças e adolescentes. Sendo dois intercâmbios sobre crise socioambiental e um Intercâmbio maior em comemoração aos 25 anos do Baú de Leitura. Através da leitura dos livros foram realizados passeios ecológicos, piqueniques, acampamentos de leitura, ônibus itinerante com contação de histórias, leitura na praça entre outras atividades lúdicas.



**Dia Lúdico em Feira de Santana –  
Dia do Meio Ambiente**

Nos encontros com as crianças, realiza-se avaliação de múltiplas aprendizagens, como interação, trabalhos em grupos, cooperação, solidariedade, além da aquisição de conhecimentos das áreas curriculares de forma contextualizada com aplicação de instrumento de avaliação interdisciplinar. As crianças que participam do Projeto CAT e Baú de Leitura demonstram melhores aprendizados sobre cuidado ambiental e conhecimentos da realidade (82% responderam com acertos) em relação às crianças não-CAT (54% de acertos).

Como culminância das ações realizadas nas escolas, em outubro, mês da criança, realizamos o **XVI Intercâmbio Cultural com Crianças e Adolescentes de Escolas do Campo do Semiárido Baiano**, foi também um momento **comemorativo 25 anos do Baú de Leitura**. Nesse Intercâmbio, as escolas dos municípios trouxeram produções e apresentações lúdicas das crianças a partir da temática da Ficha Pedagógica sobre crise socioambiental e resiliências climáticas.

As crianças demonstraram as sensibilidades que desenvolvem com o cuidado ambiental e alertando as pessoas para a questão. Produziram textos para teatro, músicas, dramatizações, cartazes, poesias, pinturas entre outras dimensões da arte e apresentavam.

Foi um momento muito interessante que serviu também de avaliação para equipe MOC, pois foi possível ver o processo de aprendizagem das crianças com a temática que é fruto das formações realizadas com os professores e professoras.



**Apresentação artística das crianças a partir da temática crise socioambiental**

#### **EIXO 4: INCIDÊNCIA POLÍTICA E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA DEFESA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA E DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O PECONTE trabalha na perspectiva de incidir nas políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada e de direitos de criança e adolescente, em âmbito municipal, estadual e nacional. Nesse sentido, durante o ano participamos de diversos eventos de redes, fóruns, conselhos.

Foram realizadas 10 (dez) audiências públicas municipais sobre Educação do Campo Contextualizada e resiliências climáticas, envolvendo prefeitos, secretários de educação, representação da sociedade civil, professoras/es, crianças e adolescentes.



**Audiência Pública de Educação Contextualizada em Retiro/Paraíba**

Nas audiências públicas, realizadas nas câmaras de vereadores, se debatia a realidade do campo de cada município, a Educação do Campo, a crise socioambiental e construía compromisso para que gestores, vereadores e sociedade civil se envolvessem na construção de resiliências climáticas, no cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e de redução dos impactos ambientais.

A construção das Audiências Públicas Municipais era realizada de forma coletiva, com as coordenações municipais do CAT, representantes da sociedade civil e do poder público local. Era apresentado um panorama geral

da Educação do Campo e da crise socioambiental que se debatia nas escolas e comunidades.

Momento importante também, foi a participação do PECONTE em âmbito nacional, no lançamento do Novo PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, realizada em Minas Novas - MG, com a presença do Ministério da Educação e do presidente da república. O Pronacampo foi uma luta dos movimentos sociais do campo para ter mais políticas e financiamento da educação do campo: mais formação, materiais didáticos, reformas e construção de escolas, valorização e contra fechamento de escolas, valorização da agricultura familiar, segurança alimentar nas escolas, entre outras.



**Participação MOC no lançamento do Novo Pronacampo em Minas Nova- MG**

Em âmbito estadual, o PECONTE participou do I Seminário da RedMulti, uma rede de escolas multisseriadas. Evento promovido pelo Ministério da Educação em Amargosa - BA, com apresentação de experiências e debates, buscando fortalecer, na Bahia o Pronacampo.

O MOC esteve presente na mesa de abertura, juntamente com seis universidades federais e diversos movimentos sociais e sindicais do campo, apresentando sua experiência em Educação do Campo através do projeto CAT. O MOC participou de todo o debate durante três dias, conhecendo



e continuou na luta articulada em universidades e municípios na defesa de uma Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido.

O debate sobre a necessidade de produção de materiais didáticos contextualizados e de formação para implantação da Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido.

### **ESPAÇOS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA EM ÂMBITO ESTADUAL:**

- **FEEBA – Fórum Estadual de Educação da Bahia** – um espaço institucional, junto com a Secretaria Estadual de Educação, Universidades e organizações da sociedade civil. Em 2025 retomamos nossa participação mais efetiva, resolvendo a dificuldade que encontramos no ano passado. Participamos de 08 (oito) reuniões do FEEBA com proposições sobre políticas públicas e também na construção de um texto para livro (e-book) que conta a experiência do MOC com o CAT e o Baú de Leitura. O livro será publicado em breve.
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo, é uma articulação da sociedade civil organizada e conta com participação de universidades. O MOC compõe a executiva estadual. Esse ano com a retomada da política nacional de Educação do Campo o FEEC realizou mais ações, articulando ações junto aos territórios e municípios e contribuindo na construção da política estadual e nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas. O FEEC ajudou a escolher “Articuladores Territoriais de Educação do Campo” e o MOC é uma das entidades articuladoras, indicando três articuladoras em três Territórios de Identidade da Bahia: Portal do Serão, Bacia do Jacuípe e Sisal. Essas articuladoras tem o papel de identificar experiências de Educação do Campo para sistematização, além de realizar articulação entre os municípios e rearticular Fóruns Territoriais de Educação do Campo.

- **CECA** – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2025 o MOC foi eleito e reconduzido ao conselho, compondo a Mesa Diretora e Câmara de Orçamento e Finanças. O MOC ajudou no processo do Edital de Seleção de Projetos para entidades da sociedade civil. Importante espaço de articulação e proposição de políticas públicas para criança e adolescente no Estado da Bahia. Foram mais de 12 plenárias que o MOC participou, além de seminários e reuniões da Câmara Técnica de Orçamento.



Plenária do CECA

### ESPAÇOS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA EM ÂMBITO MUNICIPAL:

- **CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Feira de Santana. O MOC continuou a atuação no ano de 2025 neste conselho que debate a pauta e proposição de políticas públicas para o município de Feira de Santana.

### III - ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O ano foi de muitos desafios, especialmente diante da crise socioambiental e das temáticas que as escolas do campo desenvolveram,

precisando se aprofundar, identificar os principais problemas ambientais nas comunidades, trazer para o debate na escola e construir juntos resiliências. Isso a escola sozinha não é capaz de fazer, mas juntos: comunidade, organizações da sociedade e incidir politicamente junto a gestões municipais é possível provocar pequenas mudanças.

O trabalho desenvolvido com a assessoria de PECONTE, contribuiu para promover compreensão mais ampla sobre a crise socioambiental e construção de resiliências, contando com diversas parcerias. Dessa forma, contribuiu para construção de hortas escolares, cuidado com os resíduos, aprendizagem sobre reuso das águas cinzas, plantios de árvores do Semiárido, formações sobre segurança alimentar, dentre outras.

O resultado principal é na compreensão e sensibilização das crianças que através da arte e da cultura realizaram apresentações nas comunidades, em eventos regionais e no município sensibilizando as pessoas para o colapso ambiental que pode acontecer se não mudar a forma de produzir e consumir.

A problemática da Ficha Pedagógica para o próximo ano foi definida de forma a aprofundar: **Educação do Campo Contextualizada e Eco Justiça: Agroecologia, Direitos e Cidadania no Semiárido Baiano**. O ano de 2026 será de eleições gerais no Brasil e exigirá também reflexões sobre direitos, cidadania e ética e para isso mais formações e sensibilização de educadoras e educadores.

Exigirá mais estudos e enfrentamentos dos desafios socioambientais, mas continuaremos acreditando que quando educamos crianças e adolescentes uma nova geração é construída e esta pode ajudar a mudar as gerações do presente e do futuro. Muitos desafios são enfrentados, mas também acreditamos que através da Educação Contextualizada é possível mudar práticas, mudar uma realidade e trazer esperanças na construção de um mundo melhor.

## PÚBLICO ENVOLVIDO DIRETA E INDIRETAMENTE EM 2025:

- Coordenações Municipais Educação do Campo (CAT/Baú de Leitura) **56**
- Professoras/es do CAT e Baú de Leitura: **467**
- Crianças e Adolescentes (com CAT/Baú de Leitura): 4.200
- Alcance de **14.980 criança se adolescentes** através das ações das professoras e professores.
- Representantes de entidades da sociedade civil: **36**

**Em anexo a quantificação com qualificação do público atendido.**

## EQUIPE DE EDUCAÇÃO EM 2025:

- Ângela Maria Cerqueira das Virgens
- Cristina Porto
- Gabriel Rosa Ribeiro
- Maiane de Figueredo Nascimento
- Vera Maria Oliveira Carneiro (Coordenação)



**Equipe PECONTE 2025**

## **PROJETOS QUE FINANCIARAM AS AÇÕES DE PECONTE EM 2025:**

- ActionAid – Brasil
- Agenda 2030 no Semiárido Baiano – Horizonte 3000 e BMZ
- Crossing Borders – Áustria
- Edu-Cativando na Caatinga – KNH – Alemanha
- KNH – Alemanha
- TDH – Suíça
- UNESCO – Ser'Tão Criança

## MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES - ANO 2025

<b>EIXO I: Formação continuada com professoras/es, coordenadores e gestores/as escolares</b>				
<b>ATIVIDADES REALIZADAS</b>	<b>NÚMERO ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE PARTICIPANTES</b>	<b>SEXO</b>	
			<b>FEM</b>	<b>MAS</b>
Encontro com coordenações municipais da educação do campo e sociedade civil (Crise climática, agroecologia e Sustentabilidade Ambientam)	<b>4</b>	<b>104</b>	<b>88</b>	<b>16</b>
Oficina de Formação com Professores sobre Metodologia de Educação Contextualizada diante da crise climática	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>1</b>
Oficinas Municipais com Professores e Diretores de Escolas sobre Crise Climática e Cidadania no Semiárido	<b>3</b>	<b>107*</b>	<b>95</b>	<b>11</b>
Avaliação de 24 anos de apoio da Crossing Borders (OMICRON)	<b>1</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
Visitas Municipais para acompanhamento do trabalho nas escolas e comunidades - reuniões com coordenadores, educadores, famílias e gestores	<b>10</b>	<b>160</b>	<b>136</b>	<b>24</b>
Formação inicial para baú de leitura - oficina de sensibilização inicial sobre metodologia de leitura lúdica e contextualizada	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>5</b>
Dias de Estudos sobre etnia, cultura, religiosidade e educação não sexista e não discriminatória e temas diversificados	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>2</b>

Seminário de Avaliação Anual do Projeto para multiplicação e continuidade das ações nos municípios sociedade civil, educadores, coordenadores e crianças compartilhar a experiência	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>05</b>
Encontro de sensibilização e formação com gestores educacionais dos municípios – <b>Agenda 2030</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>04</b>
Visitas às equipes pedagógicas (coordenadores/as, educadores/as e gestores /as de escolas do campo) – <b>Agenda 2030</b>	<b>14</b>	<b>130</b>	<b>114</b>	<b>16</b>
Oficina com educadores(as) e coordenações dos municípios da ação sobre educação contextualizada e sustentabilidade Ambiental – <b>Agenda 2030</b>	<b>2</b>	<b>46</b>	<b>38</b>	<b>08</b>
Formação de professores nas temáticas abordadas no projeto e contempladas nos PPPs (educação socioambiental e o bioma caatinga, proteção integral de crianças e adolescentes, igualdade de gênero e raça, protagonismo infanto juvenil) para subsidiar no planejamento das ações escolares	<b>2</b>	<b>50</b>	<b>42</b>	<b>8</b>
Seminário intermunicipal com educadoras/es sobre educação antirracista e escolas inclusivas (colocar no orçamento aquisição de livros didáticos afro referenciados)	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>3</b>
Oficinas formativas com Professoras/es	<b>5</b>	<b>124</b>	<b>76</b>	<b>48</b>
Oficinas regionais de formação com professores e coordenadores municipais de educação rural sobre o conceito de leitura e aprendizagem lúdica e contextualizada	<b>7</b>	<b>203</b>	<b>174</b>	<b>29</b>
Reuniões de intercâmbio e planejamento para criar o currículo contextualizado	<b>17</b>	<b>379</b>	<b>328</b>	<b>51</b>

Dias de estudos para coletar os resultados da pesquisa-ação e prepará-los para os eventos comunitários	<b>11</b>	<b>320</b>	<b>272</b>	<b>48</b>
Eventos comunitários para apresentar os resultados da pesquisa-ação. (devolução)	<b>11</b>	<b>339</b>	<b>265</b>	<b>74</b>
Oficina municipal de leitura lúdica e contextualizada socioambiental antirracista e não sexista com educadores	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>6</b>
Seminário de Avaliação Final - <b>Unesco Ser'tão Criança</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>24</b>	<b>11</b>
Encontro formativo regional sobre educação antirracista e os direitos de Crianças e adolescentes	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>08</b>
Acompanhamento do trabalho em Educação do Campo Contextualizada - ODS - Projeto Ciranda das Mulheres	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	

**\* +1 Não binário**

**EIXO II:** Formação com representantes da sociedade civil e de representantes da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO ATIVIDADES	QUANTIDADE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Oficina com Equipe Geral MOC para articulação das ações em defesa dos direitos e construção da cidadania nos municípios do projeto	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>25</b>	<b>9</b>
Encontro com sociedade civil sobre Direitos de Crianças e Adolescentes a Educação Contextualizada (com participação dos 9 municípios do projeto) intercambiando com outros e Redes de Educação e Direitos das Crianças	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>08</b>

Encontro Regional com Sociedade Civil para articulação de políticas públicas de Educação Contextualizada e Direitos de Crianças	<b>1</b>	<b>36</b>	<b>26</b>	<b>10</b>
---	----------	-----------	-----------	-----------

**EIXO III: Arte, cultura, jogos cooperativos e protagonismo de crianças e adolescentes no acesso aos direitos para melhoria da aprendizagem**

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO ATIVIDADES	QUANTIDADE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Aquisição de 2-Baús de Leituras - com temáticas sobre Educação Não Sexista, Religiosidade, Cultura e cidadania (livros e materiais didáticos contextualizados para o Semiárido para incentivo à leitura lúdica). <b>Crossing Borders</b>	<b>2</b>	---	---	---
Aquisição de 6-Baús de Leituras - com temáticas sobre Educação Socioambiental, Não Sexista, (livros e materiais didáticos contextualizados para o Semiárido para incentivo à leitura lúdica). - <b>KNH Ciranda de Direitos</b>	<b>6</b>	---	---	---
Aquisição de 18-Baús de Leituras - com temáticas sobre Educação Socioambiental, Não Sexista, (livros e materiais didáticos contextualizados para o Semiárido para incentivo à leitura lúdica)	<b>18</b>	---	---	---
Dias Lúdicos Municipais com Crianças nas comunidades sobre Educação Contextualizada, identidade - história	<b>4</b>	<b>72</b>	<b>40</b>	<b>32</b>

da comunidade, práticas de jogos pedagógicos cooperativos, leitura lúdica e cidadania				
Encontro regional com crianças de diferentes realidades para intercâmbios e troca de saberes sobre cultura, educação do campo contextualizado e direito e avaliação de aprendizagens	<b>1</b>	<b>41</b>	<b>28</b>	<b>13</b>
Intercâmbio entre Crianças e Adolescentes, Educadores e Sociedade Civil. –	<b>2</b>	<b>76</b>	<b>43</b>	<b>33</b>
Intercâmbio Cultural de Troca de Saberes em Educação Contextualizada com a temática sobre a crise Socioambiental no Semiárido (30 pessoas - 08 horas - outubro)	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>19</b>	<b>11</b>

**EIXO IV: Incidência política e sistematização de experiências na defesa de educação do campo contextualizada e direito de crianças e adolescentes**

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO ATIVIDADES	QUANTIDADE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
12 Audiência Pública sobre a implementação concreta sobre o currículo contextualizado a nível local - <b>KNH Edu-Cativando</b>	<b>10</b>	<b>396</b>	<b>296</b>	<b>100</b>
PRODUÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO EM LIVRO SOBRE A experiência do baú de leitura - Dias de Estudos - produção- diagramação e impressão de material pedagógico sobre Educação Contextualizada	<b>1</b>			
Materiais de Comunicação e Divulgação (banner, cartazes, folhetos e outros). PCOM	<b>10</b>			

Campanhas contra fechamento de Escolas e incidência política.	<b>2</b>			
Viagens de visitas técnicas e participação em atividades nos municípios.	<b>9</b>			
Reuniões da equipe ampliada do projeto para estudos, planejamento, monitoramento e avaliação das ações. – Equipe PCONTE	<b>3</b>			
Criação – paginação e impressão e materiais didáticos: Cartilha Formativa sobre Currículo Escolar Contextualizado e sobre Projeto Político Pedagógico – <b>Caderno 3</b>  <b>Boletim A Voz do CATI</b>	<b>1</b>			
Construção dos Jogos Pedagógicos Agenda 2030	<b>1</b>			
Reuniões do CECA	<b>12</b>			
Câmaras técnica CECA	<b>12</b>			
Representação no Fórum Estadual de Educação – FEEBA	<b>8</b>			

# PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA PCOM



## PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO MOC (PCOM)

### I -INTRODUÇÃO

No ano de 2025, o MOC reafirmou sua identidade como uma organização comprometida com a transformação social e com a construção de narrativas que fortalecem os sujeitos nos territórios de sua atuação. A comunicação seguiu sendo tratada como estratégia estruturante, fundamental para ampliar o alcance das ações, qualificar processos políticos e pedagógicos e garantir visibilidade às vozes historicamente silenciadas. No MOC, **comunicar é um ato político**: é afirmar que os direitos das populações pobres devem ser respeitados, que suas histórias importam e que sua participação na construção da sociedade precisa ser reconhecida, estimulada e valorizada.

Neste cenário, é fundamental destacar a consolidação e expansão do Programa de Comunicação e Cultura (PCOM), implementado de forma transversal e estratégica em toda a organização. O PCOM fortaleceu os canais de diálogo com comunidades, meios de comunicação, coletivos e parceiros, aprofundando o uso da comunicação como ferramenta de educação, formação, mobilização e transformação social. Ancorado nas realidades locais, o programa valoriza os saberes populares, expressões culturais, saberes ancestrais, práticas sustentáveis, o cuidado com o território e a preservação do bioma Caatinga, além de promover a ampliação de direitos, participação em espaços de incidência política e o enfrentamento das emergências climáticas.

O PCOM reafirma seu objetivo no fortalecimento de narrativas de convivência com o semiárido e de democratização da comunicação construídas, disseminadas e fortalecidas a partir das vivências dos sujeitos locais e suas culturas. Seguimos empenhados em disputar imaginários e romper estigmas, afirmando que os territórios de atuação do MOC são espaços de vida, beleza, resistência e potência. Um lugar onde o povo é

protagonista de seus próprios caminhos, que constrói soluções e produz saberes fundamentais para enfrentar desigualdades históricas.

Assim, o PCOM do MOC estrutura sua dinâmica de atuação com base em três eixos estratégicos, cada um com objetivos específicos voltados para o fortalecimento dos processos institucionais e democráticos da comunicação, da educomunicação e da cultura no semiárido. São eles:

- **Comunicação Institucional:** Comunicadores/as Sociais, Criadores/as de Conteúdos e Meios de Comunicação visibilizando experiências e vivências dos sujeitos do semiárido a partir das experiências do MOC e seus parceiros.
- **Democratização da Comunicação:** MOC, Organizações Parceiras e Comunicadores sociais ocupam espaços de incidência na política de comunicação tais como redes, conselhos, fóruns e GT's territoriais.
- **Educomunicação e Cultura:** Crianças e Adolescentes acompanhados pelo MOC sendo protagonistas de suas próprias histórias, produzindo conhecimentos por meio do engajamento em práticas de Educomunicação e Cultura.

## II - RELATO DE ATIVIDADES

### EIXO I - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Eixo de Comunicação Institucional em 2025, cumpriu papel estratégico na visibilização das experiências e vivências dos sujeitos do Semiárido. A atuação de comunicadores/as sociais, criadores/as de conteúdos e meios de comunicação ampliou a circulação de narrativas comprometidas com a valorização dos territórios, dos saberes populares e das práticas de convivência com o Semiárido, fortalecendo a imagem institucional de um Semiárido justo e viável.

As ações de assessoria de comunicação externa contribuíram para ampliar a inserção do MOC e de parceiros em veículos de comunicação, fortalecendo a presença institucional em pautas relacionadas a convivência com o Semiárido: agroecologia, acesso à água, educação do campo, economia popular e solidária, equidade de gênero, educação antirracista,

organização e desenvolvimento comunitário, à comunicação como direito, participação social e cultura. Esse movimento qualificou a incidência pública do MOC ao dar maior visibilidade a experiências concretas desenvolvidas nos territórios e ao trabalho realizado em parceria com comunidades e organizações locais.

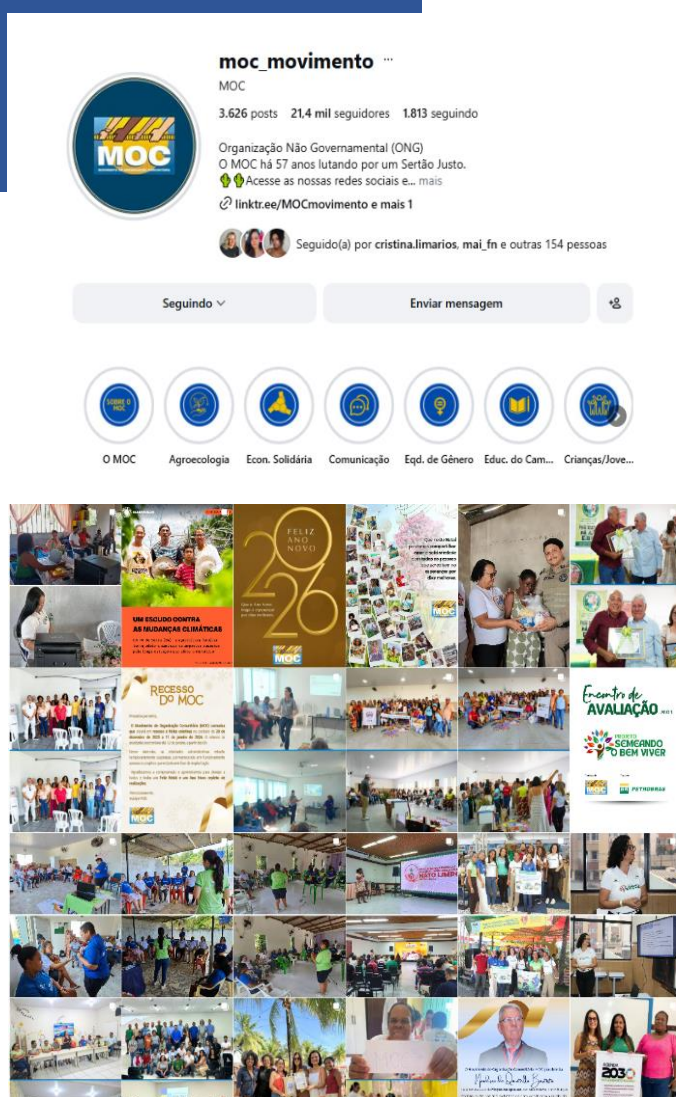
No campo da comunicação digital, as estratégias de redes sociais e a produção sistemática de conteúdos institucionais favoreceram maior presença e interação com diferentes públicos, além de possibilitar alcance de mais seguidores/as nos canais oficiais do MOC. A circulação de conteúdos em formatos diversos (textuais, audiovisuais e peças de comunicação) ampliou a visibilidade das ações em curso e fortaleceu uma comunicação centrada no protagonismo dos sujeitos locais, com valorização de suas vozes, vivências e saberes.

#### MAPEAMENTO DE ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS

<b>Atividades/ Ações Realizadas</b>	<b>Quantidade de Ações/Atividades</b>
<b>Planejamento- Monitoramento</b>	18
<b>Matérias no site</b>	88
<b>Clipagem</b>	67
<b>Assessoria Externa</b>	23
<b>Boletim Informativo</b>	05
<b>Produção de Vídeos</b> (institucionais e temáticos)	26
<b>Elaboração de Projetos</b>	05
<b>Diagramações</b>	590
<b>Vídeo Cast</b>	04
<b>Cine Moc</b>	01
<b>Publicações Youtube</b>	06
<b>Programa de Rádio: Prosa Do Semiárido</b>	10
<b>Produção de conteúdo para redes</b>	1.487
<b>Redes Sociais do MOC (Instagram, Facebook, Youtube, Site, Spotfy, Canal do Whatsaap)</b>	2.550.015 (Alcance/visualizações)

## LINKS DOS CANAIS OFICIAIS DO MOC:

- Instagram: [https://www.instagram.com/moc\\_movimento/](https://www.instagram.com/moc_movimento/)
- Facebook: [https://www.facebook.com/mocfsa/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/mocfsa/?locale=pt_BR)
- Youtube: <https://www.youtube.com/@MOCmovimento>
- Site do MOC: <https://www.moc.org.br/>
- Spotify – Prosa do Semiárido: <https://open.spotify.com/show/4iozD1lv0nT1uIDXdYgBrG>
- Canal de WhatsApp: <https://whatsapp.com/channel/0029VbAn0N8KGGGDqHTdPu1y>



Conta do MOC no instagram

## DESTAQUES DE INICIATIVAS PROMOVIDAS PELO PCOM EM 2025:

**CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CINE MOC** - espaço formativo, crítico e reflexivo que utiliza a linguagem audiovisual para promover diálogo, aprendizado e transformação social. A ação é voltada para o fortalecimento da equipe técnica por meio da exibição de filmes, curtas e documentários, seguidos de rodas de conversa e debates sobre temas sensíveis e relevantes ao nosso contexto social e às pautas de atuação da organização contribuindo para a qualificação das práticas institucionais e o fortalecimento de uma atuação sensível e comprometida com os direitos humanos.



Estreia do Cine MOC com participação da equipe e convidado para debate.



**RELATÓRIO DIGITAIS** - O programa também teve papel central na construção e criação de relatórios digitais institucionais para mensuração de dados de todos os projetos executados pelo MOC, qualificando o monitoramento, a consolidação de evidências e a análise integrada dos resultados.

**PORTAL DO OBSERVATÓRIO EDU-CATIVANDO NA CAATINGA** - O portal tem o objetivo de construir e consolidar um portal educativo como espaço de pesquisa, produção e divulgação de saberes populares e conhecimentos acadêmicos, além de experiências práticas de convivência com o Semiárido e o bioma Caatinga. No âmbito desse processo, por meio do projeto Edu-Cativando na Caatinga, o PCOM também desenvolveu uma ferramenta digital

para medição de indicadores ambientais, com o objetivo de contribuir com a equipe na mensuração dos impactos ambientais das medidas apoiadas, a partir da sistematização das ações executadas (como iniciativas de segurança hídrica e alimentar e restauração de recursos naturais) e da integração com mapas cartográficos. A ferramenta permitir medir, por exemplo, a redução de emissões de gases de efeito estufa (como CO<sup>2</sup>) decorrente das intervenções e o volume de água captada e armazenada da chuva, evidenciando economias em relação a sistemas convencionais de abastecimento. Trata-se de um avanço importante para o fortalecimento da gestão baseada em evidências, da comunicação de resultados e da incidência em agendas socioambientais.

**FORMAÇÕES** - O programa também fortaleceu os processos de interface com demais programas do MOC a partir de formação das equipes em técnicas em fotografia e redes sociais, qualificando a produção de conteúdos e ampliando a autonomia comunicacional dos programas. Em conjunto, essas ações reafirmam o papel estratégico do PCOM na articulação entre comunicação, cultura, formação, sistematização, inovação e monitoramento, contribuindo para o fortalecimento institucional do MOC.

Embora o PCOM tenha esses avanços, os desafios enfrentados em 2025 impactaram diretamente a capacidade de ampliação e consolidação das ações. Entre os principais, destacam-se as limitações orçamentárias para expandir frentes de comunicação, a dependência da aprovação de projetos para garantir sustentabilidade do programa, a sobrecarga da equipe diante do volume de demandas e a necessidade de maior interface entre os programas do MOC para potencializar resultados. Esses elementos apontam para a importância de fortalecer a estrutura operacional e institucional da comunicação, considerando sua centralidade crescente na visibilidade, incidência e sustentabilidade institucional.

Para 2026, a avaliação indica como prioridades estratégicas a criação e implementação da Política de Comunicação do MOC, incluindo diretrizes de linguagem, identidade institucional, acessibilidade e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); o fortalecimento da comunicação

interna, com instrumentos compartilhados e alinhamentos periódicos entre programas; a ampliação da produção editorial com pautas sociopolíticas; e a realização de campanhas institucionais temáticas, com maior planejamento e intencionalidade. Também se coloca como eixo de fortalecimento a formação para elaboração de projetos e captação de recursos na área de comunicação e cultura, visando ampliar a sustentabilidade das ações e consolidar o programa em perspectiva de médio prazo.

No balanço do ano, o Eixo de Comunicação Institucional encerra 2025 apresentando resultados e avanços consistentes na visibilidade pública do MOC e de seus parceiros, tanto para ampliação da circulação de conteúdos institucionais quanto para a consolidação de narrativas sociopolíticas alinhadas à missão institucional.

## **EIXO II - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO**

Ao longo de 2025, o Eixo de Democratização da Comunicação iniciou o processo de articulação e mobilização do MOC, organizações parceiras e de comunicadores/as sociais para participação em espaços estratégicos de incidência na política de comunicação, como redes, conselhos, fóruns e GT's territoriais. As ações já iniciadas contribuem para ampliar a presença institucional e coletiva nesses espaços, reforçando a comunicação como campo de participação social, articulação política e defesa de direitos.

A mobilização em rede com parceiros estratégicos é central para sustentar a ocupação desses espaços de incidência, favorecendo maior articulação entre organizações e comunicadores/as sociais. Esse movimento fortaleceu a capacidade coletiva de participação, diálogo e posicionamento em agendas relacionadas à comunicação, ampliando a inserção do MOC e de suas redes parceiras em processos de debate e construção política nos territórios de atuação da organização.

O intuito maior dessas ações é o fortalecimento das narrativas de convivência com o Semiárido nos espaços de incidência política. A atuação do eixo contribui para qualificar o debate público, reafirmando perspectivas

comprometidas com os sujeitos, territórios, culturas e saberes do Semiárido, em contraposição a visões estigmatizadas ou descontextualizadas além da mobilização de uma rede territorial para fortalecer os debates. Nesse sentido, a democratização da comunicação é articulada não apenas como acesso a meios e espaços, mas também como disputa de narrativas e conexão parceiros locais.

Como resultados, destacam-se a participação em espaços de debates ligados a comunicação e cultura junto a organizações, entidades parceiras e comunicadores/as sociais, fortalecendo uma atuação em proposta de rede integrada. Também se evidencia a inserção do MOC e de seus parceiros em instâncias coletivas de debate e incidência, com presença ativa em redes, conselhos, fóruns e GTs territoriais.

- Mobilização em rede com parceiros estratégicos para ocupação de espaços de incidência política;
- Articulação com organizações parceiras e comunicadores/as sociais e agentes culturais para participação em redes, conselhos, fóruns e GTs territoriais;
- Fortalecimento de narrativas sobre convivência com o Semiárido nos espaços de incidência política;
- Participação e acompanhamento de agendas, debates e processos coletivos relacionados à política de comunicação;
- Incidência institucional em articulação com redes e parceiros, com foco na ampliação da participação social e no fortalecimento de pautas sociopolíticas.



Participação Mesa de Abertura da IX Semacom, intitulada “Os Movimentos Sociais e a Comunicação no Território do Sisal”. Evento promovido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XIV), Conceição do Coité.



Participação do I Ciclo Formativo do Território do Sisal – Tecendo saberes e práticas culturais, Serrinha



Coletivo de Comunicadores/as da Rede Asa Bahia



Coletivo de Comunicadores/as da Rede ATER Nordeste

Entre os desafios enfrentados em 2025, permanecem a necessidade de ampliar a regularidade e o alcance da participação nos diferentes espaços de incidência, fortalecer a articulação contínua entre os sujeitos envolvidos e garantir melhores condições operacionais para acompanhamento sistemático das agendas políticas de comunicação. Também se coloca como desafio consolidar estratégias de registro, sistematização e visibilidade dos resultados de incidência produzidos pelo eixo.

O PCOM compreende que o eixo demandará o aprofundamento da mobilização em rede, o fortalecimento da presença qualificada do MOC, organizações parceiras e comunicadores/as sociais nos espaços de incidência e a ampliação da articulação territorial em torno da política de comunicação. Como perspectiva estratégica, destaca-se a continuidade do

fortalecimento das narrativas de convivência com o Semiárido e da participação efetiva em redes, conselhos, fóruns e GTs, consolidando a democratização da comunicação como dimensão estruturante da incidência sociopolítica institucional.

### **EIXO III - EDUCOMUNICAÇÃO E CULTURA**

O Eixo de Educomunicação e Cultura contribuiu para fortalecer crianças e adolescentes acompanhados pelo MOC tornassem protagonistas de suas próprias histórias, por meio de práticas formativas e experiências de produção de conteúdo vinculadas às suas vivências e contextos territoriais, ao longo do ano de 2025. As ações desenvolvidas reafirmaram a educomunicação como estratégia pedagógica e política para promoção da escuta, da expressão, da produção de conhecimentos e da participação de crianças e adolescentes em processos de transformação social.

As formações e oficinas com teoria e prática em educomunicação buscaram articular linguagem, comunicação, cultura e território, incentivando a produção de conteúdo por crianças e adolescentes a partir de suas práticas e vivências. Esse processo favoreceu a qualificação de participantes acompanhados pelo MOC, com fortalecimento de capacidades de expressão, leitura crítica da realidade, produção narrativa e participação em ações coletivas. Um aspecto relevante do eixo em 2025 foi a incorporação da educomunicação como ferramenta de incentivo à ampliação da capacidade de resiliência e à mitigação dos impactos das emergências climáticas, conectando processos formativos a temas estratégicos para os territórios, além de temas ligados aos direitos de crianças e adolescentes. Essa abordagem contribuiu para fortalecer práticas educativas mais contextualizadas e comprometidas com os desafios concretos vividos por crianças, adolescentes e suas comunidades.

Como resultados, destaca-se a qualificação de crianças e adolescentes acompanhados pelo MOC para produção de conteúdos em educomunicação (spots, roteiros e pautas), a partir de suas práticas e

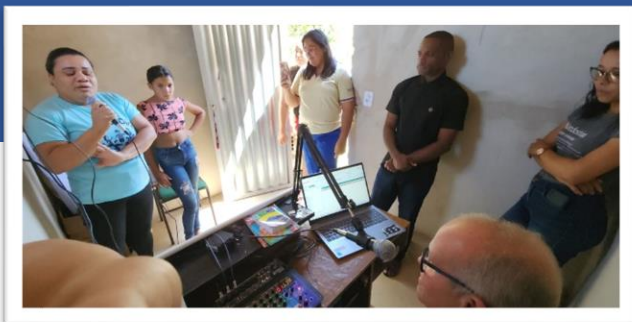
vivências, bem como o fortalecimento de experiências que articulam comunicação, cultura e transformação social. Ao mesmo tempo, a avaliação de 2025 aponta a necessidade de tornar as formações ainda mais dinâmicas, com adaptação às diversas linguagens e novas tecnologias, de modo a ampliar o engajamento e o potencial de multiplicação dessas práticas nos territórios.



**Oficinas de construção de pauta e roteiro para produção de spots sobre leitura crítica da realidade e os impactos das emergências climáticas nas comunidades, desenvolvidas nos municípios de Santaluz e Retirolândia.**

Para além das atividades com crianças e adolescentes o eixo promove ações ligadas ao processo de formação e capacitação com comissões das Rádios Postes instaladas nos municípios de Santaluz e Retirolândia.

O incentivo e uso das rádios postes comunitárias como estratégia de comunicação popular nas comunidades são espaços de expressão, e proteção dos direitos das crianças e adolescentes nas áreas rurais, mobilização e circulação de informações produzidas pelas próprias crianças e adolescentes e membros das comunidade para ampliar o acesso à comunicação em nível comunitário e valorizando linguagens próximas do cotidiano local.



**Formação e Oficina sobre técnicas, manejo de equipamento e programação com Comissão da Rádio Poste, comunidade de Lagoa Escura, município de Santaluz.**

Com isso, as formações e oficinas, que perpassam desde o conhecimento técnico e prático dos equipamentos e os contextos em educomunicação, contribuíram para o protagonismo infantojuvenil, ao capacitar crianças e adolescentes como produtores/as e difusores/as de mensagens que expressam suas experiências, visões de mundo e demandas. Contudo essas ações fortaleceram o empoderamento social e o direito à comunicação, ampliando a participação juvenil e comunitária na produção de narrativas nos territórios do Semiárido Baiano.

Entre os desafios enfrentados, sobressaem a descontinuidade de projetos com participação de crianças e adolescentes, a necessidade de melhor interface com programas que desenvolvem ações voltadas aos direitos desse público e a importância de avançar em estratégias de desdobramento e continuidade das ações de educomunicação. Também se evidencia como perspectiva estratégica o fortalecimento da formação de educadores/as sociais nos territórios, ampliando a capacidade de acompanhamento, multiplicação e sustentabilidade das práticas desenvolvidas.

Além da dimensão comunicacional e formativa, o eixo também se sustenta na cultura como elemento central das ações desenvolvidas com crianças e adolescentes, uma vez que as práticas de educomunicação partem

das vivências, memórias, linguagens, expressões e referências dos próprios territórios.

Nesse sentido, as atividades fortalecem não apenas a produção de conteúdos, mas também o sentimento de pertencimento, a valorização das identidades locais e o reconhecimento dos sujeitos como produtores de cultura e conhecimento. Ao mesmo tempo, um desafio estrutural para a consolidação e continuidade dessas ações é a captação de recursos, considerando a necessidade de garantir condições para formações permanentes, materiais, tecnologias, mobilização territorial, acompanhamento pedagógico e ampliação das estratégias de desdobramento das práticas em educomunicação e cultura.

Neste eixo há compreensão do ampliar e ter aprofundamento das metodologias de formação em educomunicação e cultura, com maior adaptação às linguagens e às novas tecnologias, o fortalecimento da articulação entre os programas e a consolidação de estratégias que garantam continuidade às ações com crianças e adolescentes. Nesse processo, a educomunicação permanece como dimensão estratégica para promover protagonismo, produção de conhecimentos e transformações sociais nos territórios acompanhados pelo MOC.

### **III - CONCLUSÃO**

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação do Programa de Comunicação e Cultura (PCOM) como um eixo estratégico da atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), articulando comunicação, cultura, formação, sistematização e incidência sociopolítica. Ao longo do período, o programa não apenas executou as atividades previstas, como também fortaleceu capacidades institucionais e comunitárias que repercutem diretamente na visibilidade das ações do MOC, no fortalecimento do direito à comunicação, no protagonismo de sujeitos nos territórios e na produção de evidências para qualificar a atuação institucional.

No campo da Comunicação Institucional, os resultados alcançados evidenciam avanços consistentes na presença pública do MOC e de suas redes parceiras. A ampliação de inserções em meios de comunicação, a intensificação da produção editorial e audiovisual e o crescimento do alcance digital não são apenas métricas e indicadores de produtividade; expressam um efeito social e político mais amplo: a consolidação de narrativas centradas nas vivências, culturas e saberes dos povos do Semiárido e o fortalecimento da imagem de um Semiárido justo, viável e diverso.

Esse reposicionamento comunicacional contribui para disputar sentidos no debate público, confrontar estigmas históricos e ampliar o reconhecimento de experiências concretas de convivência com o Semiárido. Além disso, o fortalecimento do planejamento e do monitoramento comunicacional, bem como o investimento na formação das equipes (especialmente em audiovisual e redes sociais), ampliaram a autonomia e a qualidade da produção de conteúdos, favorecendo maior agilidade, consistência narrativa e alinhamento institucional.

No eixo de Democratização da Comunicação, o PCOM articula para que organizações parceiras e comunicadores/as sociais ocupem espaços estratégicos de incidência na política de comunicação, como redes, conselhos, fóruns e GTs territoriais. O resultado central desse eixo não se limita à participação formal em instâncias coletivas, mas ao fortalecimento da capacidade política de articulação, posicionamento e defesa de agendas, ampliando a comunicação como direito e como campo de participação social.

Observam-se avanços na mobilização e na articulação desses atores territoriais, bem como no fortalecimento de narrativas de convivência com o Semiárido nesses espaços, o que contribui para dar maior densidade sociopolítica às pautas defendidas e ampliar a capacidade de incidência institucional e comunitária.

No contexto de Educomunicação e Cultura, os resultados evidenciaram a relevância das ações formativas voltadas ao protagonismo de

crianças e adolescentes acompanhados pelo MOC. As oficinas e práticas de educomunicação possibilitaram que esse público não apenas participasse de atividades, mas se reconhecesse como produtor/a de conteúdos e narrativas, ampliando competências críticas, criativas e comunicacionais.

A produção de peças radiofônicas e audiovisuais, o uso das redes sociais e o fortalecimento das rádios-poste comunitárias contribuíram para ampliar o acesso ao direito à comunicação em nível local, fortalecer o pertencimento e valorizar linguagens do cotidiano territorial. A dimensão cultural se apresentou como fundamento dessas ações, ao reforçar identidade, memória, referências comunitárias e reconhecimento dos sujeitos como produtores de cultura e conhecimento — aspecto decisivo para processos de transformação social sustentados nos territórios.

De forma transversal, 2025 também foi um ano de avanços institucionais importantes em inovação e gestão baseada em evidências. O PCOM impulsionou iniciativas como a estreia do Cine MOC (espaço formativo crítico mediado pelo audiovisual), a construção de relatórios institucionais, a criação de uma ferramenta para mensuração de dados de todos os projetos, a estruturação do Portal do Observatório Edu-Cativando na Caatinga (como espaço educativo de pesquisa, produção e divulgação de saberes populares e conhecimentos acadêmicos, além de experiências práticas de convivência com o Semiárido e o bioma Caatinga) e o desenvolvimento de uma ferramenta digital de indicadores ambientais, integrando sistematização de medidas, leitura territorial e mapas cartográficos.

Esses produtos reforçam a capacidade do MOC de comunicar impactos, monitorar resultados, sistematizar experiências e fundamentar sua incidência com evidências.

Ao mesmo tempo, a avaliação do período evidencia desafios estruturais que condicionam a continuidade e a ampliação dos efeitos alcançados: limitações orçamentárias, sobrecarga das equipes, necessidade de aprimorar a integração entre programas, descontinuidade de projetos voltados à participação de crianças e adolescentes e a urgência de fortalecer

estratégias de captação de recursos para sustentar processos formativos permanentes, produção de conteúdos e ações de incidência.

Para 2026, torna-se decisivo avançar na institucionalização do campo da comunicação, incluindo a implementação da Política de Comunicação (com diretrizes de linguagem, identidade institucional, acessibilidade e LGPD), o fortalecimento dos fluxos de comunicação interna e a ampliação de mecanismos de monitoramento e sistematização contínua.

Por fim, os resultados de 2025 reforçam que comunicação, cultura e educomunicação são dimensões centrais para a disputa de narrativas, fortalecimento de direitos e transformação social, mas demandam maior capacidade de articulação com agendas públicas e instâncias de decisão.

Assim, para 2026, um desafio estratégico será ampliar a incidência em políticas públicas, especialmente nas áreas de comunicação, educação, cultura, direitos de crianças e adolescentes e agendas socioambientais, fortalecendo redes, conselhos e fóruns, qualificando posicionamentos e contribuindo para a construção de marcos, programas e investimentos que assegurem o direito à comunicação e a convivência com o Semiárido como projeto político e territorial.

Nesse horizonte, o PCOM se afirma como um programa fundamental para fortalecer a missão institucional do MOC, ampliar sua presença pública e aprofundar impactos sociais nos territórios onde atua.

## DEPOIMENTOS



“A importância da parceria que o MOC tem com a Universidade do Estado da Bahia, especialmente com o Campus XIV, Departamento de Educação, que fica em Conceição do Coité. O MOC tem toda uma atenção para pensar políticas de ações de educação, pensando em suas diversas variáveis, a relação com os cursos que o Departamento oferta para o Território, por exemplo, com o Curso de Comunicação, que o MOC tem um núcleo voltado especialmente para pensar comunicação na perspectiva comunitária, plural, democrática, e isso é muito importante também, para pensar a formação de professores. Agora com o curso de agroecologia, intensificando o diálogo da educação em torno da convivência com o semiárido, na

criação de alternativas para dinamizar e potencializar o trabalho daquelas pessoas que atuam no campo, para o desenvolvimento pessoal, profissional e coletivo dessas pessoas”.

**Depoimento de Tiago Santos Sampaio** - Diretor do Campus XIV/UNEB – Conceição do Coité; Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

“Na minha visão, os processos de educomunicação acontecem a partir das ações realizadas nos projetos que o MOC acompanha. Essa ferramenta é muito importante para a nossa comunidade, pois une comunicação e educação de uma maneira participativa, crítica e que promove mudanças. Com ela, conseguimos abordar temas importantes para diferentes grupos crianças, adolescentes e toda a comunidade incentivando o diálogo, a escuta e o protagonismo dos jovens. Além disso, ela ajuda a fortalecer nossa identidade cultural, valorizar as experiências locais e estimular o pensamento crítico diante das informações que recebemos na sociedade. A educomunicação tem um papel fundamental no meu crescimento pessoal e coletivo e de quem participa desses espaços, promovendo autonomia, responsabilidade social e ajudando a



construir uma comunidade mais consciente, participativa e democrática”.

**Depoimento de Alex Santos** – Educador Social, comunidade Quilombola Alto do Jitaí, município de Retiroândia.

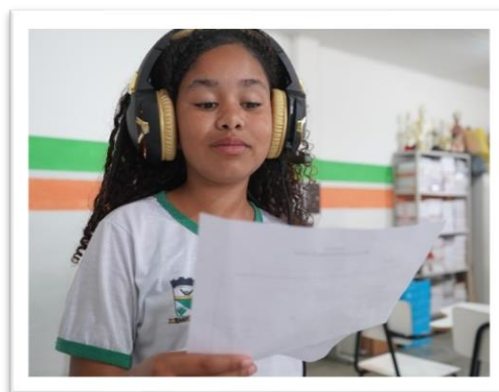


“Meu nome é Liss e tenho 9 anos. Para mim, a educomunicação é muito importante, porque a gente aprende várias coisas legais com ela. Ela ajuda a gente a se comunicar melhor e também a participar da Rádio Poste, que é muito divertida. Na Rádio Poste, a gente fala, escuta os colegas e aprende coisas novas todos os dias. Isso faz a gente ficar mais confiante para falar em público e também aumenta o nosso conhecimento. Eu gosto muito da educomunicação, porque além de aprender, a gente se diverte bastante!”

**Depoimento de Liss Souza dos Santos** – integrante do projeto Ciranda dos Direitos e comunicadora da Rádio Poste, comunidade

Quilombola Alto do Jitaí, município de Retiroândia.

“Oi, eu sou Ísis Manoela, faço parte do Projeto Ciranda de Direitos, por uma caatinga sustentável. Falar sobre a educomunicação, que é muito importante, principalmente foi na minha vida. Foi através da comunicação que eu aprendi a me expressar mais, conversar mais, comecei a falar mais os meus sentimentos com meus colegas e me abrir mais para as pessoas. Aprendendo sempre e também, sabendo ouvir. E através de uma rádio eu comecei a cantar, falar ... e aí, eu levei isso para a minha vida. Cantei em igreja, tirei minha vergonha de lado, comecei a apresentar... a comunicação foi muito importante na minha vida, pois eu aprendi a ouvir e aprendi também a falar e deixando a vergonha de lado. Por isso, que hoje eu sou grata pelas oficinas de comunicação do MOC”.



**Depoimento de Ísis Manoela** – integrante do projeto Ciranda dos Direitos e comunicadora da Rádio Poste, comunidade Ferreiros, município de Santaluz.

# PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA PFEES



## **PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (PFEES)**

### **I - INTRODUÇÃO**

Apresentamos o Relatório Anual do **Programa de Fortalecimento da Economia Popular e Solidária (PFEES)**, referente ao exercício de 2025, com o propósito de descrever as principais ações realizadas ao longo do ano, organizadas em eixos estratégicos. Objetiva demonstrar o desempenho no cumprimento planejadas do Programa, apresentando o comparativo específico das metas pactuadas através dos projetos, resultados alcançados desafios enfrentados e impactos, fornecendo ainda informações complementares, como apresentação de ferramentas tecnológicas inovadoras para mensuração da evolução das Organizações Produtivas Solidárias, e por fim apresentamos conclusão e o Mapeamento de atividades realizadas e caracterização dos beneficiários(as) participantes.

O Programa de Fortalecimento da Economia Popular e Solidária (PFEES) é formado por uma equipe de 30 profissionais de formação multidisciplinares, que desenvolve suas ações em quatro territórios estratégicos da Bahia: **Sisal, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Litoral Norte e Agreste Baiano**

Nos territórios mencionados, o PFEES está presente nos seguintes municípios:

- **Território do Sisal:** Araci, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, Serrinha e Teofilândia;
- **Bacia do Jacuípe:** Nova Fátima e Serra Preta;
- **Portal do Sertão:** Água Fria, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio;
- **Litoral Norte e Agreste Baiano:** Araçás, Catu e Santanópolis.

Essa ampla cobertura territorial evidencia o papel estratégico do PFEES na promoção da economia solidária e na construção de alternativas de desenvolvimento que valorizam as comunidades e seus potenciais.

Sua atuação consiste nas áreas estratégicas de aprimoramento dos processos de trabalho na organização e articulação das Organizações Produtivas Solidárias (OPS) na perspectiva da equidade de gênero e participação social; Articulação em Rede, via Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE) e coletivos municipais inserindo nos espaços de incidência política e melhoria na gestão, produção e comercialização; Assessoria sistemática ao público beneficiários/as que desenvolve alguma atividade econômica de forma individual e ou coletiva, e aos pontos fixos de comercialização para acesso e permanência aos mercados (institucional, convencional e diferenciado); Apoio à gestão aos agricultores/as familiares, dos espaços de comercialização criativa, popular, solidária e agroecológica organizados nas feiras livres e incentivo as práticas solidárias.

O PFEES atende mulheres, homens e jovens pertencentes a Organizações Produtivas Solidárias e trabalhadores/as por conta própria da economia popular, fortalecendo suas capacidades produtivas e promovendo a inclusão social e econômica desses grupos.

Neste ano de 2025, o Programa contou com o apoio e a colaboração financeira, firmando parcerias com os seguintes órgãos:

- Banco do Nordeste – BNB
- Horizonte 3000
- KNH
- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
- Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES
- Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM
- Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE

## II - OBJETIVOS

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** Populações dos municípios de atuação do MOC, melhoram sua qualidade de vida, ampliam o acesso a direitos e participação política, através de suas práticas de cooperação e por meio das organizações produtivas e solidárias, contribuindo para uma economia justa, inclusiva e ambientalmente sustentável.

**OBJETIVO ESPECÍFICO 1 – ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO:** Práticas de cooperação e sustentabilidade ambiental, na perspectiva autogestionária, participação equânime e acesso aos direitos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO 2 – FORMAÇÃO, INOVAÇÃO PRODUTIVA E ACESSO A MERCADOS:** Organizações Produtivas Solidárias aprimoradas, com diversificação e inovação no processamento da produção da agricultura familiar e do bioma caatinga, e ampliação do acesso aos mercados (institucionais, convencionais e solidários).

**OBJETIVO ESPECÍFICO 3 – PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA:** Fortalecimento de espaços e ações estratégicas de denúncia, proposição, elaboração e controle social de políticas públicas, articulados, criados e/ou ocupados pela equipe técnica e/ou Organizações Produtivas Solidárias.

## III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### **ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO:**

#### **Descrição das ações.**

A **organização**, cooperação e autogestão estão profundamente interligados e formam a base de práticas coletivas mais horizontais e democráticas.

Para o PFEES a organização refere-se à capacidade de estruturar atividades, recursos e pessoas em torno de objetivos comuns. As Organizações Produtivas Solidárias (grupos informais, associações e

cooperativas) são assessoradas pela equipe para definir funções e processos claros que os ajude a manter o grupo eficiente.

Trabalha-se o conceito e a prática da **cooperação** como pilar essencial para o crescimento dos grupos. É o ato de trabalhar junto, compartilhando esforços e resultados, que vai além da simples divisão de tarefas, envolve confiança, solidariedade e busca de benefícios coletivos.

Através das Organizações Produtivas Solidárias (OPS), os agricultores/as/trabalhadores/as se unem para desenvolver as tarefas de plantio, dividir alimentos, fabricar e comercializar produtos, trocar experiências, fortalecem laços sociais e reduzem custos. A cooperação se dá também através das práticas solidárias.

Com empenho a equipe se dedica às orientações e resoluções dos problemas em relação a **auto gestão** das OPS, coletivamente. Sem hierarquias rígidas ou chefes centralizadores, decisões são tomadas de forma participativa, valorizando a voz de todos os envolvidos, autogestionárias, onde os trabalhadores decidem sobre produção, investimentos e distribuição de lucros.

Dentre as ações realizadas destaca-se a elaboração do caderno de experiência do **Projeto de Avicultura**, intitulada “O manejo da Avicultura como um elemento de sustentabilidade”, onde descreve a geração de trabalho decente e renda a partir de uma experiência bem-sucedida de organização comunitária, a diversificação produtiva para um consumo saudável, vocação produtiva cultivada desde cedo e outros aspectos. Para além dessa ação, foram adquiridos equipamentos para o entreposto de ovos de Santanópolis.

**Pelo Programa Vida Melhor Urbano** foram desenvolvidos encontros de aplicação do diagnóstico e mapeamento de 18 bairros para atuação dos Agentes de Desenvolvimento Social, foram realizados 845 novos cadastros de trabalhadores por conta própria da economia popular e solidária e selecionados 845 para segunda fase (aplicação do estudo de viabilidade econômica, orientação para formalização de Micro Empreendimento Individual – MEI, e formação de rede.



Vida Melhor Urbano:  
participação no evento  
Março Mulher

Vida Melhor Urbano: Curso  
de crochê



A partir do Projeto Semeando o Bem Viver, em parceria com a Petrobrás, desenvolve-se ações nos municípios de Araçás e Catu, atendendo 400 famílias distribuídas em 08 (oito) comunidades rurais. Sendo destas, 05 (cinco) comunidades quilombolas, todas situadas no município de Araçás. Além disso, o projeto acompanha 09 (nove) OPS, nas quais são desenvolvidas ações voltadas ao aprimoramento das suas respectivas gestões, com a finalidade de colaborar com o processo mais qualificado na autogestão das mesmas, possibilitando assim o desenvolvimento de ações e atividades que permitam gerar ocupação e renda nas comunidades abrangidas no projeto.



**Semeando o Bem Viver:  
Participação de Feira  
Agroecológica**



**Semeando o Bem Viver:  
Capacitação em massas e  
salgados**

Para tanto, no decorrer do ano de 2025, no âmbito do Semeando o Bem Viver, foram desenvolvidos planos de ações das OPS, e realizadas visitas coletivas sobre gestão nas mesmas. Ações estas que permitiram avanços nestas práticas de organização, autogestão e cooperação.

### **Agenda 2030**

Foram realizadas 02 Oficinas para Readequação da documentação Legal das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Assembleias para apresentação da Proposta de Reforma Estatutária em conformidade com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC lei federal

13019/2014. Neste contexto, obteve-se êxito de readequação da documentação de 15 OPS em cinco municípios (Araci, Barrocas, Teofilândia, Santaluz e Nova Fátima).



**Projeto Agenda 2030  
Comunidade de Jitáí, município  
de Retirolândia**

Também foram desenvolvidas nestes municípios ações de cooperação e iniciativas conjuntas sobre Segurança alimentar e Nutricional, entre representantes da sociedade civil e do poder público para promover políticas de combate à fome e acesso a alimentos de qualidade no intuito de garantir o direito humano à alimentação adequada, reduzir desigualdades e fortalecer sistemas alimentares sustentáveis. Foram contempladas organizações de nível regional, nível municipal e comunitário.

O PFEES realizou encontros para monitoramento/atualização dos planos de melhoria da OPS que foram construídos em 2024, bem como realizou oficinas de gestão para as OPS Rurais e trabalhadores(as) por conta própria da economia popular urbana.

### **Articulação em Rede**

O PFEES assessora a Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), através do acompanhamento técnico. Elabora propostas de projetos e promove encontros/oficinas que provocam reflexões e debates sobre o

papel das mulheres no trabalho produtivo e reprodutivo, destacando sua importância na economia solidária, na agricultura familiar e na agroecologia, bem como discutir sua atuação política, social e econômica nos territórios do Semiárido.

Esses encontros fortalecem a participação ativa das mulheres, na produção agrícola e artesanal, impulsionam a geração de renda como elemento de autonomia econômica e a contribuição para o desenvolvimento local e territorial. Também são discutidas as responsabilidades históricas das mulheres com o cuidado da casa, dos filhos e da família, a invisibilização do seu trabalho na economia formal, a sobrecarga de tarefas e a desigualdade de gênero. No campo político, ressaltou-se a importância da presença das mulheres nos espaços de decisão, o reconhecimento das mulheres como agentes políticas e o fortalecimento da organização coletiva como estratégia de resistência.

Como resultados e impactos, destacam-se o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres da COOPEREDE, a ampliação do debate sobre trabalho digno e igualdade de gênero, a geração de renda através da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária, a troca de experiências entre as OPS, comunidades e municípios, a valorização do papel das mulheres na economia solidária e no Semiárido e o incentivo à participação política e à luta por direitos.

Por fim compreende-se que essas ações abrem caminho para um futuro mais resiliente, justo e inclusivo, onde cada pessoa envolvida se torna protagonista da transformação social e da construção de comunidades mais fortes e solidárias.

### **Práticas Solidárias**

As Organizações Produtivas Solidárias (OPS) desempenham um papel fundamental na construção de alternativas econômicas e sociais voltadas para a sustentabilidade e a cooperação. Sua atuação se dá em diferentes dimensões, que vão desde o fortalecimento interno dos grupos, garantindo

renda e segurança para seus participantes, até a interação com a comunidade e outras OPS, promovendo práticas de solidariedade, partilha e intercooperação. Essas iniciativas não apenas asseguram condições dignas de vida para os trabalhadores e suas famílias, como também ampliam o impacto social ao fomentar redes de apoio, comercialização conjunta e campanhas solidárias:

### **EXEMPLOS DE ALGUMAS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS DESENVOLVIDA PELA OPS**

- Organização de cestas básicas em tempos de grande estiagem;
- Rifas solidárias para a construção de Cozinhas Comunitárias em Riacho Grande e Milho Verde, BARROCAS; processo idêntico para a Cozinha da comunidade de Jitaí, em Teofilândia; idem para a comunidade de Chapada em Araçás e comunidade de Floresta, também em Araçás.
- Rifa solidária para custear despesas em cartório para regularização documental da Ass. Comunitária da Limeira - Teofilândia;
- Mulheres que se ajudam no processo da produção em casos de problemas de saúde;
- Mutirões para construção de espaço físico;
- Leilão solidário para contribuir com a construção da sede da Associação de Floresta (Araçás);
- Realização de mutirões para a implementação de 123 quintais produtivos e/ou Sistemas Agroflorestais (Araçás e Catu);
- Mutirões para a emissão de CAF - colaboração de liderança com demais comunidades (Araçás);
- Rodízio solidário entre as cozinhas comunitárias de Araçás na produção de alimentos nas atividades do Projeto Semeando o Bem Viver;

### **PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA NESTE EIXO NO ANO DE 2025:**

- 15 Organizações Produtivas Solidárias com seus estatutos sociais adequados conforme a legislação vigente;
- OPS assessoradas sobre documentações para acesso e renovação do Cadastro do Agricultor Familiar - (CAF) e o CAF Jurídico;
- Organizações Produtivas Solidárias fazendo uso de ferramentas e práticas de gestão administrativa e financeira;
- 684 famílias urbanas orientadas e desenvolvendo práticas de gestão;

- Organizações Produtivas Solidárias adotando e desenvolvendo práticas solidárias (Rifas, Leilão solidário, mutirões, rodízios, rateio igualitário);
- Famílias beneficiadas com cestas básicas em tempos de estiagem e/ou situação de vulnerabilidade extrema, com apoio e formação de parcerias entre OPS com OPS, OPS com a comunidade e através da Campanha “É tempo de Cooperar”.



## **DESAFIOS ENFRENTADOS**

- Processos de regularização travados em Cartório;
- OPS financeiramente frágeis, não conseguem avançar para fazer o registro de Reforma estatutária em Cartório.
- Baixo nível de articulação coletiva em algumas OPS.

## **PERSPECTIVAS**

O PFEES compreende a partir das experiências vivenciadas que o processo é de persistência/continuidade na busca das seguintes questões:

- Desburocratização do acesso aos documentos para regularização das OPS;
- Descentralização e/ou distribuição das responsabilidades coletivas/administrativas e aumento da participação da mulher nos processos de sucessão dos cargos de lideranças;
- Retomada da Categorização das OPS em níveis I, II e III, conforme níveis da organização produtiva e da gestão;
- Dar continuidade no acompanhamento as OPS Urbanos e peri-urbanos;

- Atender as demandas por apoio emergencial, às famílias em estado de vulnerabilidade, garantindo que a distribuição seja justa aos mais necessitados.

## **FORMAÇÃO, INOVAÇÃO PRODUTIVA E ACESSO A MERCADOS**

A integração entre educação, mercado de trabalho e políticas sociais é essencial para promover uma formação social e profissional com impacto real. A educação garante formação básica, técnica e socioemocional; o mercado de trabalho absorve essa mão de obra por meio de parcerias e incentivos; e as políticas sociais asseguram inclusão e apoio a grupos vulneráveis.

O monitoramento, por sua vez, acompanha indicadores educacionais, empregabilidade e impacto social, permitindo ajustes e transparência. Assim foram realizadas formações tanto para Planejamento Monitoramento e Avaliação, como para a qualificação e aprimoramentos dos conhecimentos e das habilidades da equipe técnica de atuação do Programa, sendo 12 encontros com a equipe de Base, 24 reuniões/capacitações com os Agentes de Desenvolvimento Social - ADS e 12 encontros com os Agentes de desenvolvimento Comunitário -ADC.

Além das formações da equipe técnica foram realizadas também qualificações também para os beneficiários(as). Estas qualificações foram variadas. Essas atividades realizadas pelo PFEES, foram articuladas e mobilizadas em diálogos constantes entre a entidade executora, lideranças comunitárias, demandantes e organizações parceiras com atuação nos municípios e bairros/comunidades.

Pelo Programa Manoel Quirino foram realizados 23 cursos de Qualificação Social e Profissional; No Programa Vida Melhor Urbano foram realizados 684 estudos de Viabilidade Econômica, seleção e atualização da relação de empreendimentos para o recebimento de equipamentos de 614 trabalhadores(as).



Além disso, foram acompanhados(as) 798 beneficiários(as) que receberam orientações técnicas socioprodutivas, de MEI e acesso ao Microcrédito, 311 beneficiários/as participaram dos cursos de qualificação profissional voltada especificamente para a atividade econômica do(a) trabalhadora(a).

Quanto as Organizações Produtivas Solidária (OPS) da Zona rural foram realizadas ações com objetivos semelhantes pelo Projeto Educativando, Agenda 2030, Elas a frente dos Quilombos e Biomas Caatinga.

Dentre as ações podemos citar cursos de melhorias e diversificação da produção de acordo as demandas do mercado; Apoio a promoção de empreendimentos pontos fixos de comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária), aquisição de equipamentos, workshops para mulheres e jovens rurais sobre o desenvolvimento de produtos agrícolas, visitas técnicas e de aconselhamento e suporte aos pontos de vendas locais e visitas a representantes da Sociedade Civil e Poder Público com o objetivo de dialogar e fortalecer parcerias e fomentar rede de parceria e comercialização.

Quanto ao **Projeto Semeando o Bem Viver**, para fortalecer a qualificação das famílias participantes e suas OPS, foram realizadas atividades como: Formações sobre Economia Justa e Solidária; Formações

sobre Processos de produção, Consumo e Comercialização; Seminário Anual de Políticas Públicas de Produção, Crédito e Comercialização; Apoio na Participação de Feiras e Eventos da Agricultura Familiar; Reuniões Locais para Mobilização de Espaços de Comercialização; e Cursos de Aprimoramento e Desenvolvimento de Novos Produtos.

Além disso, a equipe do Projeto Semeando o Bem Viver, participou junto aos empreendimentos da elaboração de propostas junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como colaborou com a elaboração de propostas a editais para a captação de recursos com a finalidade de fortalecer as ações da OPS nas comunidades participantes do projeto, a exemplo do Edital Teia da Sociobiodiversidade do Fundo Casa Socioambiental. Além de articular ao final do ano a elaboração de Manifestações de Interesse ao Edital Quilombos da Bahia, da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR/BA).

Neste ano de 2025, o PFEES continuou a se posicionar como um catalisador na contribuição do desenvolvimento econômico, promovendo a inclusão e a sustentabilidade nas cadeias produtivas.

**Apresentamos o quadro da venda/revenda obtida em 2025 pela rede e pelas principais OPS acompanhadas pelo PFEES/MOC:**

Exercício de 2025	Mercados institucionais		Mercados convencionais			
	OPS	PNAE (RS)	PAA (RS)	FEBAFES (RS)	Venda/revenda de produtos (RS)	Prestação de serviço e/ou e/ou de alimentação (RS)
COOPEREDE		250.000,00	318.000,00	200.000,00	1.000.000,00	800.00,00
COOAFES				15.000,00		
COOPERFÁTIMA		350.000,00	108.000,00			
COOPOFITE		50.000,00	76.032,78			
APAEB SERRINHA						20.834,32

Associação Centro São João de Deus	15.474,29	48.759,07			
Grupo Informal de Agricultores e Agricultoras de Serra Preta	629.524,00				
Associação Bastianense		72.383,44			
Associação Beneditense	16.720,00	56.000,00			
Ass. De Milho Verde				235.000,00	

Exercício de 2025	Municípios	Vendas/Revenda de produtos
		Valor R\$
<b>PONTOS FIXOS/ FEIRAS AGROECOLOGICAS</b>		
TRAILER	Barrocas	69.360,00
TRAILER	Teofilândia	7.835,00
FEIRA AGROECOLOGICA	Nova Fátima	1.379,00

#### **RESULTADOS MAIS RELEVANTES DO EIXO ACESSO À MERCADOS EM 2025:**

- 1438 participantes qualificados através de ações formativas;
- 10 novas OPS com recursos assegurados para execução, através do acesso à mercados institucionais pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e convencionais (feiras livres, diferenciados, supermercados, atacados, etc);
- 04 novas OPS com recurso assegurados para execução das (cozinhas solidárias comida no prato);
- 06 pontos fixos ativos, comercializando produtos da Ag. Familiar e da economia Solidária;
- OPS identificadas, apoiadas para potencialização de produtos identitário do território;

- 798 famílias urbanas acompanhadas com assistência técnica com orientações (socioprodutivas, MEI, microcrédito, articulação em rede);
- 120 OPS integrando a Rede de Produtoras da Bahia;

### **ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA OS EDITAIS:**

- Programa Nacional de Alimentação Escolar 2025;
- Programa de Aquisição de Alimentos – Doação Simultânea – CONAB;
- Edital 003.2025 – AUTONOMIA FEMININA – Caixa Econômica Federal;
- Edital 001.2025 COMIDA NO PRATO: Apoio as cozinhas comunitárias e solidárias - (4 cozinhas, sendo o MOC a Unidade Gerenciadora) - Casa Civil
- 007/2023 – MANUEL QUERINO (QUALIFICA BAHIA) – SETRE ( Envio em 2024);
- EDITAL 01/2025 – Chamamento Público Termo de fomento voltados ao Fortalecimento de Redes de cooperação solidária;
- Edital 011/2025 – Chamamento Público Termo de Colaboração voltado para ações de Qualificação Social e Profissional.

### **DESAFIOS ENFRENTADOS**

1. Baixa adesão do público às formações ofertadas para os beneficiários urbano;
2. OPS sem certificação identitárias e de regularização sanitária para comercializar os produtos de origem animal;
3. Mensurar o aumento do faturamento das OPS/Agricultores(as) e trabalhadores(as) por conta própria da economia popular.

### **PERSPECTIVAS**

Diante os desafios já colocados acima, O PFEES buscará:

- Desenvolver novas estratégias atrativa para o aumento da participação nas formações;
- Potencializar a visibilidade das feiras agroecológicas e pontos fixos;
- Fortalecer o acesso aos mercados pelas OPS pouco organizadas coletivamente;

- Desenvolver mais uma ferramenta de mensuração para identificação do aumento de faturamento das OPS/Agricultores(as);
- Identificar e priorizar às OPS, que necessitam com mais urgência, regularizar à certificação;
- Reorganização da rede de Inter cooperação e solidariedade (ausência do levantamento da produção, logística, padronização da qualidade, práticas de preços adequados, entre outros).

## **PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA:**

Para o PFEES a participação política refere-se ao envolvimento direto das pessoas em espaços de decisão, como conselhos, associações, movimentos sociais ou processos eleitorais. Estar presente, opinar, votar, propor e acompanhar políticas públicas. A Incidência política vai além da participação, é a capacidade de influenciar decisões, agendas e políticas públicas e envolve organização, articulação e pressão social para que as demandas de determinados grupos sejam consideradas.

Houve mobilizações para as participações das comunidades, bem como da equipe técnica, especialmente na figura da Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC) e dos Agentes de Desenvolvimento Social - ADS, para a participação das diversas conferências que ocorreram no ano de 2025, como: Economia Popular e Solidária, Promoção da Igualdade Racial e Políticas para Mulheres, nos âmbitos locais, territorial e estadual. Além disso, Coordenadora, técnicos(as), ADS e ADC, e dos representantes das OPS foram apontados como delegadas dessas conferências.

Espaços de incidência política ocupados pela equipe e pelos representantes das OPS:

- Municipal (Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, e Conselho Municipal de Assistência Social, COMSEA, Comissão das Feiras Agroecológicas municipais);
- Territorial e estadual - Comitê Gestor Territorial da Agroindústria, CODETER Sisal, Fórum de Economia Solidária, COMSEA,s, CEPO2, COGEFUR, Comissão de Feiras - FAFES/UNEB, COEDUCA, Rede

Autogestionária da Educação Popular e Solidária, Comitê Político Pedagógico da Rede Autogestionária e outras);

- Famílias urbanas discutindo o acesso a políticas Públicas através da realização de círculos de cultura nos bairros;
- Organizações da Sociedade Civil fortalecidas e atuando nos espaços de promoção e controle social das políticas públicas, com ênfase no acesso de segurança alimentar e nutricional (01 Regional, 05 Municipais e 11 comunitárias).

Para além dessas atuações, PFFES vem estabelecendo parcerias elegíveis no para realização das atividades do Programa Vida melhor Urbano, contudo essas parcerias fortalecendo a execução de outras ações voltadas também para o meio rural no município de Feira de Santana

A inclusão desses atores nos processos de discussão e decisão representa um passo essencial para a construção de um futuro mais justo e equitativo, assegurar que os direitos de agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores e trabalhadoras sejam plenamente reconhecidos e respeitados, fortalece-se a capacidade das políticas públicas de atender de forma mais adequada às necessidades de grupos e indivíduos.

## **DESAFIOS ENFRENTADOS**

- Necessidade de qualificar a pauta dos conselhos de acordo com as necessidades das comunidades e OPS;
- Pouca rotação dos representantes das OPS na ocupação dos conselhos.

## **PERSPECTIVAS**

O fortalecimento da participação nos conselhos e espaços de incidência política é fundamental para garantir que agricultores, agricultoras e trabalhadores da economia popular e solidária tenham voz ativa na construção de políticas públicas. Nesse sentido, as perspectivas é de dar continuidade à:

- Capacitar os participantes dos conselhos para estimular uma ocupação mais efetiva nestes espaços;
- Articular, motivar e formar novos integrantes para assumir a representatividade de suas OPS nos/em mais espaços de incidência.

Assim diante deste contexto torna-se essencial investir em processos de capacitação, articulação e motivação, de modo a ampliar a representatividade e assegurar que esses atores estejam preparados para ocupar de forma efetiva os espaços de decisão e influenciar diretamente nas pautas que impactam suas vidas e comunidades.



### III - IMPACTOS

Até o ano de 2024, o PFEES vinha analisando os impactos de suas ações através das reflexões da equipe e dos depoimentos dos(as) beneficiários(as) e parceiros. Neste ano de 2025 foi criada a “linha de base”, uma tecnologia inovadora que servirá como um ponto de referência fixo no gerenciamento das ações e mensuração dos impactos, permitindo comparar o desempenho real com o planejado em termos de escopo, cronograma e custos. Em outras palavras, ela será usada para medir a evolução das OPS e garantir que as

atividades dos projetos sejam analisadas, avaliadas conforme sistematização apresentada.

Assim a linha de base do PFEES para 2026 espera como impacto “Populações com autonomia e capacidades aprimoradas para gerir, produzir com sustentabilidade ambiental, consumir e comercializar de forma eficiente, através das Organizações Produtivas Solidárias, impulsionando uma economia justa e solidária”.

Tendo como indicadores o número de OPS que ampliam o acesso ao PNAE, PAA e outras modalidades de comercialização, as práticas de cooperação, participação política e geração de trabalho e renda, bem como o aumento do número de OPS que comercializam os produtos da Agricultura Familiar no PNAE, como também mensurar o número de OPS com práticas de cooperação, participação política com proposição, com geração de trabalho e renda e que comercializam os produtos da agricultura familiar no PNAE.

Essa verificação será feita anualmente, utilizando como fonte de verificação e frequência Interna através de sistematização e externa através do Portal da transparência/Portal das Prefeituras/Site do FNDE/Site do MDA/Site da CONAB, contratos celebrados e atas dos espaços.

## DEPOIMENTO

“Bom, o nosso grupo de mulheres surge em 2019, não tínhamos acesso às políticas públicas como o PNAE, o PAA, e não tínhamos CAF jurídica, não tínhamos o estatuto atualizado no Mrosc, na verdade a gente fez uma tentativa de atualização, mas tinham muitos pontos ainda que precisavam ser melhorados dentro do próprio estatuto. E com a chegada do MOC na nossa comunidade, nós nos sentimos muito seguros de avançar nesses processos, porque através do projeto Agenda 2030, a comunidade ela recebeu muitos processos de formação, de entendimento, acesso a muita informação que antes não tinha tem, e também uma assessoria técnica muito boa que possibilitou uma caminhada mais segura e possibilitou também dar passos largos no sentido do avanço tanto na documentação da associação, mas também no aumento da renda, da produção ali do grupo de mulheres que desenvolvem atividade econômica a partir da associação comunitária. Hoje o grupo de mulheres já está pensando em avançar em outros pontos, como acessar outros mercados, buscar se aperfeiçoar cada vez mais, aumentar a produção diária e isso vem impactar positivamente na vida das mulheres que fazem parte de maneira direta, mas também diretamente impacta na vida da comunidade, porque aqui desenvolve melhor essa comunidade, as pessoas desenvolvem a autonomia e também geram emprego e renda na comunidade e fortalecem esse empreendimento que desde 2019 vem buscando se fortalecer, mas com muitas dificuldades, muitos desafios, principalmente porque naquele momento estava se iniciando, precisava fazer muitos investimentos. E hoje a gente tem um avanço muito importante a partir dessa contribuição que surge a partir desses projetos e da parceria com o MOC.” **Nilda, comunidade de Milho Verde - Barrocas**

## FERRAMENTA DE SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

No ano de 2025 o PFEES construiu uma Ferramenta que irá potencializar a sistematização das informações referente ao ano de 2026.

### EIXO 1:

ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO									
Município	Técnico	Indicadores							
		1.1				1.2			
		Estatutos sociais adequados conforme a legislação vigente?	Regimento interno	Realização de assembleias	Registros em atas	Faz uso de controles financeiros e contábeis?	Regularidade fiscal	Utiliza Plano de Ação?	Outras Práticas de Gestã

ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO									
Empreendimento	Município	Técnico	Indicadores - 1.3						
			Nas OPS internamente		OPS com a comunidade		OPS com outras OPS		
			Garantia de renda para participantes que estejam impedidos de participar das atividade produtivas	Estratégias de complementação da renda das famílias, no período de estiagem através de um fundo fix	Partilha de alimentos	Campanhas solidárias (mobilização para arrecadação de alimentos, de recursos para reforma de espaços e ou solução de inadimplência)	Inter cooperação em espaços fixos de comercialização (lojas comercializam produtos de outros OPS)	Inter cooperação em Feira e eventos (OPS comercializam produtos de outras OPS)	Compras coletiva – OPS se articulam para compras de insumos

### EIXO 2

FORMAÇÃO, INOVAÇÃO PRODUTIVA E ACESSO A MERCADOS										
2.2	Indicadores						2.4	2.5	2.6	2.7
	2.3									
Quantidade de novos produtos agregados aos portfólios dos empreendimentos?	Comercializa através do PNAE?	Comercializa através do PAA?	Comercializa em Feiras Livres?	Comercializa em Mercados Diferenciados?	Comercializa em Supermercados?	Comercializa em Atacaditas?	Qual foi o Faturamento em 2024, quantas pessoas na distribuição de renda.	Média de valor Quantas por pessoa na distribuição de renda?	Possui Selo de Identificação de Produção da Agricultura Familiar (SIPAF)?	Possui o CADSOL?

### EIXO 3

PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA					
Empreendimento	Município	Técnico	Indicadores - 3.1		
			Participa do Conselho de Alimentação Escolar?	Participa do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável <sup>12</sup>	Participa do Conselho Municipal de Assistência Social <sup>12</sup>
			Participa do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?	Participa da Comissão da Feira Agroecológica municipal?	

PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA									
Município	Técnico	Indicadores - 3.2							
		Participa do Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária?	Participa do CODETER Sisal?	Participa do CODETER Portal do Sertão?	Participa do CODETER Baía do Jacuípe?	Participa do Fórum Baiano de Economia Solidária?	Participa do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional?	Participa de outros espaços (CEPO2, COGEFUR, Comissão de Feiras - FAFES/UNEB, etc.) <sup>12</sup>	Participa de outros espaços (Comissão de Feiras - FAFES/UNEB, etc.)?

#### **IV - CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS**

À luz das ações desenvolvidas no exercício de 2025, conclui-se que o Programa de Fortalecimento da Economia Popular e Solidária (PFEEES) cumpriu de forma satisfatória os objetivos estratégicos previstos em seu planejamento institucional, consolidando-se como importante instrumento de política pública voltado à promoção da inclusão socioprodutiva, do desenvolvimento territorial sustentável e do fortalecimento da economia popular e solidária no Estado da Bahia.

A execução das atividades nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Litoral Norte e Agreste Baiano evidenciou a efetividade da atuação territorializada do programa, assegurando o atendimento às especificidades locais e a implementação de ações alinhadas às demandas socioeconômicas das comunidades beneficiárias. A ampla cobertura municipal alcançada reforça a capacidade de articulação e incidência do PFEEES na promoção de oportunidades de geração de trabalho, renda e fortalecimento das organizações coletivas.

Ressalta-se que a atuação integrada da equipe técnica multidisciplinar foi determinante para o alcance dos resultados, especialmente no assessoramento sistemático às Organizações Produtivas Solidárias, agricultores familiares, comunidades tradicionais e trabalhadores(as) por conta própria, viabilizando o acesso a políticas públicas estruturantes, a exemplo dos programas de compras institucionais, editais de fomento, espaços de comercialização e iniciativas de desenvolvimento territorial.

No âmbito da gestão, destacam-se a eficiência na articulação interinstitucional e a capacidade de mobilização de parcerias estratégicas com órgãos governamentais, instituições financeiras e entidades de cooperação, assegurando suporte técnico, financeiro e operacional às ações executadas. Tal arranjo institucional fortaleceu a governança do programa e potencializou a implementação de projetos complementares e ações transversais em consonância com as diretrizes da Agenda 2030, da equidade de gênero e do desenvolvimento social.

Dessa forma, os resultados apresentados neste relatório demonstram a relevância do PFEES como um instrumento que impulsiona a consolidação de política pública estruturante, através da execução dos projetos, com impactos significativos no fortalecimento das capacidades produtivas locais, na ampliação do acesso a mercados, na promoção da justiça social e na consolidação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento econômico solidário, reafirmando a importância da continuidade e do fortalecimento da execução das ações e cumprimento da missão institucional do MOC, para os exercícios subsequentes.

## MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES

### EIXO I: ORGANIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO ATIVIDADE	QUANTIDADE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Elaborar caderno de experiências - BNB	1	x	x	x
Elaboração do Relatório final - BNB	1	x	x	x
Aquisição de equipamentos para entreposto - BNB	1	x	x	x
Realizar cadastros e aplicar, atualizar e sistematizar os diagnósticos dos empreendimentos - PETROBRAS	5	60	54	6
Realizar encontros de elaboração e monitoramento dos Planos de Ações e melhorias dos EES - PETROBRAS	7	80	72	8
Realizar formações sobre Economia Justa e Solidária - PETROBRÁS	7	140	126	14
Realizar visitas técnicas coletivas sobre gestão - PETROBRÁS	103	412	370	33
Realizar levantamento produtivo e comercial (anual) - PETROBRÁS	7	80	72	8
Apoiar na participação em eventos (feiras, seminários, congressos e outros) da Agricultura Familiar - PETROBRÁS	24	24	24	0

<b>Realizar reuniões locais para mobilização de espaço de comercialização - PETROBRÁS</b>	6	60	54	6
<b>Realizar cadastros e aplicar, atualizar e sistematizar os diagnósticos dos empreendimentos - PETROBRÁS</b>	5	60	54	6
<b>Realizar encontros de elaboração e monitoramento dos Planos de Ações e melhorias dos EES - PETROBRÁS</b>	7	80	72	8
<b>Encontros de aplicação do diagnóstico 4 Mapeamento (atualização trimestral) - PVMU</b>	4	845	786	59
<b>Proceder ao Cadastramentode 640 Empreendimentos - PVMU</b>	653	845	786	59
<b>SelecionarEmpreendimentos 600 - PVMU</b>	12	845	786	59
<b>Orientação para a Formalização (MEI)de Empreendimentos - PVMU</b>	819	819	786	59
<b>Articulação de Rede de Produção e Comercialização - PVMU</b>	1	64	64	0
<b>Estabelecer Parcerias Elegíveispara Realização das Atividades daUNIS - PVMU</b>	8	x	x	x
<b>Sistematização deInformações dos Empreendimentosno Sistema Informatizado do Programa Vida Melhor Urbano -SIVME - PVMU</b>	12	1453	786	59
<b>Apresentação do Relatório de Produtividade por Agente, Técnico e Coordenação (físico e online) PVMU</b>	4	13	11	2
<b>Oficina para Readequação da docum. Legal das OSC de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC - Agenda 2030</b>	02	51	37	14
<b>Readequação da docum. Legal das OSC de acordo com o Marco Regulatório das Organ. Da Sociedade Civil - MROSC, lei federal 13019/2014 de Organizações Locais, Municipais e Regionais - Agenda 2030</b>	15	x	x	x

<b>Ações do Eixo de Segurança Alimentar e Nutricional - Agenda 2030</b>	1	167	137	27
<b>Vistas as auto-organizações de Agricultoras e Agricultores Familiares - Agenda 2030</b>	20	x	x	x
<b>Realização de AGE de Reforma Estatutária: apresentação da proposta de proposta de Reforma Estatutárias em Conformidade com o Mrosc Lei 13.019/2014 - Agenda 2030</b>	8	x	x	x
<b>Visitas de assessoria técnica de apoio - PROJETO BIOMAS - Território do Sisal</b>	x	x	x	x
<b>Visitas de assessoria técnica de apoio - PROJETO BIOMAS - Território de Bacia do Jacuípe</b>	x	x	x	x
<b>01 - Encontros para monitoramento do plano de melhorias dos empreendimentos econômicos (ACSJD)</b>	1	34	34	0
<b>01- Curso sobre Gestão de Empreendimento Econômicos (ACSJD)</b>	1	34	34	0
<b>Oficina para Readequação da docum. Legal das OSC de acordo com o Marco Regulatório das Organ. da Sociedade Civil - MROSC - Educativando</b>	1	30	21	09

**EIXO II: FORMAÇÃO, INOVAÇÃO PRODUTIVA E ACESSO A MERCADOS**

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO ATIVIDADES	QUANTIDADE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Promover a divulgação, inscrição e matrícula do público beneficiário que atendam ao perfil do PMQ4			405	65
Promover qualificação social e profissional (42 cursos) PMQ, conforme etalhamento contido nos Anexos I e II (Territórios, Municípios, Cursos e Carga Horária dos Blocos I e II / Relação de Cadeias Produtivas, Cursos e Ementas).			405	65
Realizar Monitoramento e Acompanhamento PMQ			405	65
Realizar Pesquisa de Satisfação com Beneficiários PMQ			405	65
Realizar Prestação de Contas PMQ			X	X
Certificação PMQ			400	14
Realizar Estudos de Viabilidade Econômica PVMU			660	24
Seleção e Atualização de Relação de Empreendimentos para recebimento de Equipamento (Ativos Produtivos) - PVMU			X	X
Assistência Técnica Socioprodutiva, Acompanhamento e Orientação aos Empreendimentos (Fase 2) - PVMU			X	X
Reunião de PMA - PFEES			26	04

<b>Qualificação da Equipe técnica - 12 Reuniões mensal de monitoramento de qualificação, monitoria e acompanhamento - PVMU</b>			13	02
<b>Realizar Qualificação dos Empreendedores - PVMU</b>			301	9
<b>Promover Orientação e Encaminhamento para Acesso ao Microcrédito - PVMU</b>			X	X
<b>02 - Cursos de melhorias e diversificação na produção de acordo as demandas do mercado (ACSJD)</b>			64	
<b>Apoio e promoção aos 05 empreendimentos da economia solidária - aquisição de equipamentos - Educativando</b>	X	X	X	
<b>06 Workshops para mulheres e jovens rurais sobre o desenvolvimento de produtos agrícolas - Educativando</b>			180	
<b>24 Visitas do MOC a pontos de venda fixos para aconselhamento técnico - Educativando</b>			72	
<b>Suporte a 6 pontos de venda locais - Educativando</b>			X	
<b>Mercados ou eventos regionais anuais sobre iniciativas locais de agroecologia - Educativando</b>			180	
<b>Visitas a representantes da Sociedade Civil e Poder Público com o objetivo de dialogar e fortalecer parcerias e fomentar rede de parceria e comercialização - Agenda 2030</b>			X	

**EIXO III: PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA**

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO ATIVIDADES	QUANTIDADE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Promoção de Encontros e Plantão de Atendimento na UNIS com Instituições ofertantes de Microcrédito - PVMU	12	X		
04 Círculo de Cultura para discutir o acesso às políticas públicas - PVMU	4	X		
01 - Estudo Estadual de Política de SAN - Agenda 2030				
01 - Encontro Estadual para a devolução do Estudo - Agenda 2030				
Participação de representantes da OSC em espaços identificados de tomada de decisões políticas - Educativando	4	X		

# PROGRAMA DE GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL PGGIR



## **PROGRAMA DE GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL – PGGIR**

### **I – INTRODUÇÃO**

Este relatório consolida os indicadores de impacto, os aprendizados institucionais e as conquistas estratégicas da área de Gênero, Geração e Igualdade Racial (PGGIR) do MOC, referente ao ano de 2025. Nossa atuação mantém-se firme nos eixos dos Direitos das Mulheres, do Protagonismo das Juventudes e da Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, com a inserção de novos eixos, que são Políticas Afirmativas e Igualdade Racial e Incidência Política.

O ano foi marcado por diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento do protagonismo social, da autonomia e auto-organizações, sobretudo, de mulheres e jovens, com a participação em conselhos, conferências e audiências públicas. Essas instâncias de controle social as mobilizaram a pautarem seus direitos a partir de suas realidades, ocupando espaços nas decisões políticas.

Contudo, o cenário global e regional impôs barreiras complexas. As desigualdades sociais, a polarização política, o agravamento das violências contra mulheres, somados ao agravamento das mudanças climáticas em 2025. O racismo ambiental e as desigualdades de gênero tornaram-se mais evidentes, atingindo severamente as populações negras, rurais e periféricas mais vulnerabilizadas.

Todo esse contexto, tem conclamado o PGGIR junto aos movimentos sociais e parceiros a se somar a frentes de lutas cada vez mais necessárias para superação da pobreza e todas as formas de violação de direitos de crianças, adolescentes, jovens e mulheres, principalmente, dos territórios de atuação mais direta do MOC.

Apesar das adversidades, este ciclo representou um profundo amadurecimento para o programa; reafirmamos compromisso com o protagonismo, a auto-organização e o bem viver de crianças e adolescentes, jovens e mulheres, através das ações estratégicas que buscaram contribuir

para fortalecer capacidades de incidência política de seus públicos, ressignificando a luta por um Semiárido mais justo e equitativo.

A atuação deste programa e o desenvolvimento das suas ações é um compromisso político, social e humano do MOC, quando escolheu ao logo dos seus 58 anos atuar ao lado daquelas pessoas que mais precisam, que tiveram seus direitos historicamente violados e tem ressignificado suas vidas reescrevendo histórias com dignidade, autonomia e empoderamento.

## **JUSTIÇA CLIMÁTICA COM EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA**

As mulheres e meninas do Semiárido sempre tiveram uma vida marcada pelas desigualdades de gênero, raça e classe. Foram forçadas a sobreviver com o mínimo e encontrar coragem e motivação para não desistir dos seus sonhos diante das adversidades sociais, econômicas, culturais e climáticas.

O pouco acesso a recursos materiais, hídricos e à terra foram fatores estruturantes das desigualdades, mas a condição da mulher rural, pobre e negras foram determinantes para manutenção, por muito tempo, da exclusão e violação de direitos.

Entende-se, deste modo, que não podemos falar de mudanças climáticas sem analisar a dimensão de gênero e a relevância da participação das mulheres nas tomadas de decisões já que elas são as mais afetadas com os efeitos climáticos, sobretudo aquelas que tem a agricultura e agroecologia como seu meio de subsistência, dependem de água de qualidade e em quantidade para consumo e produção de alimentos saudáveis e na defesa dos seus territórios para viverem com dignidade.

É importante destacar que as violações de direitos podem se dar de forma silenciosa como se fossem processos naturais ou de difícil intervenção, olhar para o contexto dos territórios que são afetados com a implantação de grandes projetos de exploração como mineradoras, avanço das eólicas sem análise dos impactos, uso desordenado dos agrotóxicos com contaminação do solo e das águas.

Deste modo, essas ações não podem ser relativizadas e normalizadas quando ferem direitos e promovem desastres ambientais de grande proporção, sobretudo em comunidades tradicionais e mais pobres, caracterizando o racismo ambiental.

O tema das mudanças climáticas passou a ganhar mais centralidade nas agendas do governo de todo mundo e o Brasil foi palco para o maior evento na discussão do clima. O país sediou a COP30 em 2025 e despertou, sobretudo nos povos de comunidades tradicionais, o interesse para ter mais espaços de participação para suas vozes fossem ouvidas e suas demandas pautadas nos planos e pactos internacionais com destaque para o bioma da mata atlântica e bioma caatinga.

O bioma caatinga quase sempre é invisibilizado e seus impactos amenizados, no entanto é um bioma que ao longo do tempo vem passando por processos de desertificação e agravamento com os períodos de longa estiagem cada vez mais frequente.

Esse contexto afeta diretamente meninas e mulheres por serem elas responsabilizadas pelo provir da água nas famílias, aquelas que cuidam e produzem alimentos saudáveis em seus quintais e propriedades para garantia da segurança alimentar e geração de renda, que realizam trabalhos comunitários de preservação do bioma, organizam mutirões e promovem estratégias de preservação dos saberes ancestrais como farmácias vivas, bancos de sementes, guardiãs da vida e da biodiversidade.

Deste modo, não podemos falar em resistência e resiliência climáticas sem a inclusão e participação direta das mulheres nas tomadas de decisões e esse processo participativo pensado nas suas comunidades em associações, comitês municipais, conselhos, redes e outras instâncias de auto-organização para fortalecer a incidência política.

No ano de 2025 foi realizada a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e houve uma ampla mobilização para a participação de mulheres de diversas partes do país trazendo o tema “Mulheres e Clima” como estruturantes para garantia do direito a permanência de viver em seus territórios de maneira digna com justiça e reparação. “Onde se decide o

futuro, as mulheres e as meninas precisam estar – com voz, autonomia e poder de decisão. Só há justiça climática com justiça de gênero”. Essa afirmativa do Ministério das Mulheres é uma convocação para que as organizações sociais, governo e toda sociedade compreenda e adote compromisso político em reconhecer o protagonismo e saberes das mulheres na proteção dos seus territórios e na construção de um mundo mais justo e seguro para todas.



**Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**

O MOC adota em suas estratégias, ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas pautados na equidade de gênero e busca encorajar a participação das mulheres nas comissões de água, nos comitês territoriais e na intensificação da formação política para incidência nos espaços de tomadas de decisões, no acesso as tecnologias de captação de água, reuso da água, estruturação dos quintais produtivos.

No ano de 2026 será iniciado um projeto intitulado “Mulheres Rurais-Guardiãs da Caatinga” apoiado pela ONU Mulheres para o fortalecimento institucional em que apoia os MMTRs e na formação política para ampliar a atuação coletiva de jovens e mulheres em iniciativas voltadas a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. São estratégias necessárias para que a

justiça climática pautada na equidade de gênero e raça reverbere em cada território e promova o bem viver.

## II - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS

### OBJETIVO DO PROGRAMA

Mulheres, jovens, crianças e adolescentes dos territórios de atuação do MOC com protagonismo fortalecido, incidem politicamente e acessam os seus direitos na medida que afirmam suas identidades e enfrentam as desigualdades de gênero e raça.

### I EIXO – AÇÃO: PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES

Em 2025, o MOC intensificou o trabalho com as juventudes, priorizando a qualificação e a participação política. O engajamento ocorreu em espaços de incidência e no diálogo com gestores/as locais, com foco na criação ou reativação de Conselhos Municipais de Juventudes e em ações que garantam os direitos de jovens do campo e da cidade. O MOC também prestou assessoria direta à constituição da Associação das Juventudes Protagonistas do Semiárido Baiano (AJPB), apoiando sua estruturação e formalização para colaborar mais efetivamente no processo auto-organização e autonomia.



Fundação da Associação das Juventudes Protagonistas do Semiárido Baiano (AJPB)

Nesse sentido, destaque-se o encerramento do ciclo do projeto Consórcio das Juventudes, com apoio de Terre des Hommes Suisse (TDH), que fortaleceu a atuação coletiva consorciada, bem como às auto-organizações e a incidência em espaços estratégicos, tendo em vista a atualização do Plano Estadual de Políticas para Juventudes. O projeto foi essencial para formar e motivar lideranças locais e disseminar aprendizados que alcançaram diversas juventudes através de formação política, processo de multiplicações de saberes e fortalecimento do protagonismo no meio rural.



Reunião do projeto Consórcio das Juventudes

O MOC escolhe colocar as juventudes na centralidade das suas ações, buscando dentre outros objetivos, *"promover o protagonismo juvenil de modo que participem de espaços democráticos, advoguem por seus direitos e influenciem decisões que afetam suas vidas e comunidades"*. Desse modo, as ações foram pautadas em metodologias participativas como formações, oficinas, intercâmbios com participação de espaços de controle social. As pautas concentraram-se em políticas públicas, gênero e raça, auto-organização, captação de recursos, auto-gestão, incentivando a inserção dos/as jovens em diversos espaços de tomadas de decisões. A educomunicação foi uma ferramenta central, fortalecendo a voz ativa por meio da produção de conteúdo para a página do Consórcio das Juventudes no Instagram.

## **ATIVIDADES REALIZADAS**

As metas foram alcançadas por meio das seguintes ações:

- Formação de Multiplicadores: Encontros de capacitação, planejamento, monitoramento e avaliação (Coletiva-TDH).
- Fortalecimento da Auto-organização: Encontros regionais com foco em estratégias e instrumentos para ampliar a autonomia dos jovens do campo.
- Capacitação em Projetos: Oficinas regionais sobre elaboração de projetos sociais e captação de recursos para grupos juvenis.
- Identidade e Agroecologia: Planejamento e monitoramento focado em agroecologia e educação contextualizada antirracista e não sexista.
- Cultura de Paz: Encontros regionais voltados ao enfrentamento e prevenção das violências de gênero e raça.
- Assessoria Municipal: Reuniões técnicas para apoio à auto-organização e planejamento de ações locais.

A execução deste conjunto de ações demonstra a base metodológica que conduziu o programa em 2025 em sinergia com outras organizações parceiras, de modo especial aquelas que integram o Consórcio da Juventudes, além da interface com as demais áreas programáticas do MOC. Ao articular as pautas supracitadas, o MOC não apenas cumpriu metas operacionais, mas contribuiu para que as juventudes tenham as ferramentas necessárias para protagonizar nos espaços locais, territorial e estadual com voz e dignidade, superando estigmas, preconceitos e fortalecendo suas identidades.

## **II EIXO - PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O programa continuou intensificando ações de garantia dos direitos e a proteção integral das crianças e adolescentes, de modo que promoveu mudanças positivas de seu comportamento ao interagir com adultos e uma maior capacidade de expressão em público. As crianças verbalizam conhecimentos sobre seus direitos e não aceitam situações de violação, tornando-se protagonistas.

Para contribuir com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, o programa atuou com outros públicos, os quais tem o dever de garantir a proteção dessas crianças e adolescentes, lutar pelos seus direitos e livra-los dos diversos tipos de violência; os pais e responsáveis, a Rede de proteção comunitária e municipal.

As ações realizadas com as crianças e adolescentes desempenharam um papel fundamental nas suas vidas, algo que pode ser observado no desenvolvimento social e emocional, no senso crítico, no assumir de sua identidade, enquanto pessoas de comunidades tradicionais no empoderamento e desenvolvimento socioambiental das famílias enquanto responsáveis diretos pelos direitos e proteção.



**Formação e Oficinas com crianças e adolescentes**



As ações proporcionadas pelo PGGIR desempenham um papel significativo no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Elas e eles já dialogam melhor com suas famílias e comunidades, participam ativamente de programas da rádio poste, e participam de atividade com os adultos e as adultas exercendo o protagonismo juvenil.

Em 2025 o programa intensificou o trabalho com as e os adolescentes protagonistas com o objetivo de promover o protagonismo juvenil de modo que participem de espaços democráticos como associações, grêmios

estudantis, que advoguem por seus direitos e influenciem em decisões que afetam suas vidas.

As ações implementadas, metodologias participativas como formação, oficinas, roda de conversas e intercâmbios tiveram adolescentes colaborando diretamente nas atividades realizadas em suas comunidades, como: participação das reuniões das associações comunitárias, realização de programas nas rádios postes, contribuíram nas caminhadas realizadas durante a Campanha Faça Bonito, participação nos mutirões de limpeza das comunidades, do plantio de novas mudas e ajudaram a implantar as lixeiras nas comunidades, contribuindo e cuidando do bioma caatinga, ou seja, estão se inserindo nas ações comunitárias, se tornando de fato adolescentes protagonistas, demonstrando compreensão do seu papel nas mudanças de sociedade, mas também da necessidade de terem direitos respeitados e efetivados.

## **ATIVIDADES REALIZADAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS**

- Formação com educadores sociais; Planejamento, monitoramento e avaliação das ações que foram realizadas nas comunidades com as crianças e adolescentes;
- Intercâmbios de troca de experiência sobre o cuidado com o meio ambiente e o Bioma Caatinga;
- Oficinas comunitárias de leitura lúdica com o Bocapiu da diversidade enfocando as questões de gênero, raça e etnia;
- Encontros sobre a cultura de paz; Enfrentamento as violações de direitos das crianças e adolescentes;



O processo de multiplicação que é realizado pelo programa através de formação para as e os orientadoras sociais contribuiu para um melhor entendimento sobre o processo metodológico da instituição, assim como o estudo de temas que contribuem para promover o acesso aos direitos e na proteção das crianças e adolescentes acompanhadas pelo MOC.

### III EIXO - DIREITOS DAS MULHERES

Os direitos das mulheres é uma questão estruturante que direciona o trabalho do MOC junto as demais áreas programáticas e que no PGGIR tem sido pautado a partir da perspectiva da equidade de gênero e raça, para que se promova uma sociedade mais justa e inclusiva onde as mulheres tenham mais dignidade, sobretudo o direito a viver uma vida livre de todas as formas de violência.



As ações desenvolvidas no ano de 2025 tiveram um caráter mais formativo e mobilizador, de modo que contribuísse para ampliar as capacidades das mulheres para incidirem politicamente, fortalecendo suas organizações e construindo processos de autonomia e participação social. Desse modo, a realização de conferências municipais, estadual e nacional foi

uma grande oportunidade para a participação das mulheres na proposição de políticas públicas que culminarão nos planos de políticas para as mulheres.

Reconhecer o papel protagônico das mulheres e promover a participação nas tomadas de decisões é fundamental para garantir inclusão, autonomia e empoderamento feminino, sobretudo quando estas mulheres são rurais, negras, periféricas atravessadas por marcadores de desigualdades sociais.

Sendo assim, atuamos com estratégias de formação política; assessoria as organizações de mulheres; Campanha de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres; estudos para reconhecimento de comunidades quilombolas; implementação das ações nas escolas estaduais-por uma educação não sexista e prevenção às violências; apoio a incidência políticas com participação nas diversas conferências e Marcha das Mulheres Negras, além das ações de interface com as áreas programáticas do MOC e parceiros locais.



Marcha das Mulheres Negras

As desigualdades estruturais de gênero e raça precisam ser reparadas com ações, projetos e políticas públicas que promova a dignidade das mulheres rurais, negras, das periferias que vivem em situação de vulnerabilidades. Para isso, o Programa de Gênero, Geração e Igualdade Racial-PGGIR, atuou no desenvolvimento das atividades com as parcerias locais, em diálogo com o poder público e através dos parceiros financiadores.

### **ATIVIDADES REALIZADAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS**

- Encontros municipais e regionais de planejamento e monitoramento das organizações de mulheres; visitas de acompanhamento as organizações de mulheres e jovens;
- Oficinas municipais sobre relações de gênero e raça e a divisão justa do trabalho doméstico; políticas públicas para mulheres e jovens;
- Campanha 21 dias de ativismo pela prevenção a violência contra meninas e mulheres; rodas de conversas; audiência pública; seminários municipais e regional;
- Encontros regionais de produção de dados e sistematização dos resultados sobre participação social, políticas públicas, identidade de gênero e raça com mulheres quilombolas;
- Encontros comunitários de resgates dos valores culturais e sociais; fortalecimento da identidade de gênero e raça;

As ações realizadas sintetizam o compromisso político do MOC através do PGGIR para fazer valer os direitos das mulheres de ser e existir com dignidade em seus territórios, de terem oportunidades de produzir conhecimentos e participarem das tomadas de decisões.

Para além das ações supracitadas, é importante destacar a retomada do diálogo do Estado com a sociedade civil através das Conferências de políticas públicas realizadas no ano de 2025 e que garantiu a ampla participação das mulheres, a exemplo: Conferências de Políticas para Mulheres, Conferências de Igualdade Racial, Conferência de Assistência Social, Conferências de Direitos Humanos, Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável. A democratização da participação na construção de políticas públicas fortalece a agenda dos direitos das

mulheres nas ações governamentais e amplia os mecanismos de participação social para eliminação das desigualdades.

Desconstruir a cultura de desigualdades sociais, de gênero e raça se faz necessário em todas as etapas da vida, em todos os espaços sociais, comunitários, por isso a participação das mulheres com incidência política são fundamentais para propor políticas públicas, reivindicar sua efetivação e ampliação para as pessoas que ainda não tem acesso. Tanto a equipe do PGGIR quanto das organizações de mulheres atuou na ocupação de espaços estratégicos para fazer valer seus direitos arduamente conquistados.

### **III - ALGUMAS AVALIAÇÕES CONCLUSIVAS**

#### **HORA DA COLHEITA - RESULTADOS ALCANÇADOS**

A implementação das ações do ano de 2025 revelou a capacidade de resistência/ resiliência frente aos desafios encontrados e superados a partir da coletividade e do trabalho de base ressignificado.

Os resultados alcançados no campo dos direitos das mulheres, das juventudes, das crianças e adolescentes partem de um pensar coletivo, de uma construção do conhecimento onde todos os saberes são importantes e valorizados nos territórios onde a vida pulsa, onde o bem viver é construído de maneira processual e a cidadania reverbera no protagonismo dos sujeitos, em suas comunidades e na condução das suas organizações- no repensar o semiárido enquanto um lugar viável para viver com dignidade. Deste modo, podemos destacar os seguintes resultados:

#### **PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES**

- 01 Associação de Jovens Protagonistas da Bahia-AJPB constituída, promovendo o fortalecimento da autonomia e protagonismo de 50 jovens rurais associados através de ação de formação política, multiplicação de conhecimentos em suas bases, participação em espaços de incidência como sindicatos, cooperativas, associações;
- 30 Jovens qualificados atuando na mobilização e captação de recursos para o fortalecimento institucional e dinamização das ações através da elaboração de projetos e publicação de cartilha junto ao

Consórcio e outros instrumentais para subsidiar a juventudes, sobretudo rurais;

- 10 Jovens atuando de forma protagônica em espaços de incidência política propondo políticas públicas de geração de renda, fomento a agroecologia e permanência no campo, educação de qualidade, bem como políticas afirmativas para juventude negra;
- 02 Coletivos municipais de jovens constituídos, numa média de 45 integrantes, atuando com autonomia e multiplicando conhecimentos em suas comunidades e associações.

## **PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

- 650 Adolescentes e jovens ampliam conhecimentos sobre igualdade de gênero, raça, diversidades e violência contra mulheres nas escolas;
- 14 Escolas constituem comitês de empoderamento para prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres;
- 10 Redes municipais de proteção às crianças e adolescentes fortalecidas e atuando no sistema de garantia de direitos;
- 25 adolescentes protagonistas qualificados politicamente e atuando nas ações comunitárias;
- 360 crianças e adolescentes refletem sobre o bioma caatinga, e aprendem como cuidar e preservar o meio onde vivem;
- 300 adolescentes participando de espaços de incidência política intensificando a criticidade e seu protagonismo.

## **DIREITOS DAS MULHERES**

- 233 mulheres ampliam conhecimentos sobre letramento racial, identidade quilombola e as estratégias de atuação em suas comunidades e municípios;
- 11 Organizações de mulheres fortalecidas constroem processos de autonomia, auto-gestão e participação social;
- Inúmeras propostas de políticas para mulheres elaboradas e apresentadas nas conferências municipais, territoriais, estadual e nacional de políticas para mulheres, igualdade racial e direitos humanos que culminará em planos estaduais e nacional com recorte para os territórios;
- 03 Organizações de mulheres em processos de constituição, estruturação (eleição, registro de atas e atualização de estatutos);
- 260 mulheres e jovens engajadas na campanha de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres nos municípios de atuação do MOC;

- Ampliação da captação de recursos pelos movimentos de mulheres (regional e municipais) para o fortalecimento das bases de atuação;
- 02 comunidades em processo avançado de reconhecimento para certificação quilombola (Lagoa Grande e Lagoa da Negra);

## INCIDÊNCIA POLÍTICA

- Participação da equipe técnica e das lideranças na organização das conferências: Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos, Assistência Social, Desenvolvimentos Rural Sustentável (municipal, Territorial, Estadual e Nacional);
- Atuação do PGGIR no Conselho Estadual de Proteção dos Direitos Humanos;
- Atuação do PGGIR no Conselho municipal de Assistência Social de Feira de Santana;
- Atuação no Conselho Estadual de Crianças e Adolescentes;
- Atuação na Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste;
- Colaboração na Organização e participação na Marcha das Mulheres Negras em Brasília;
- Colaboração na câmara técnica de Juventudes no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Colaboração na requalificação do plano estadual das juventudes.



Os caminhos metodológicos escolhidos para o alcance dos resultados colocam os sujeitos na centralidade do propósito para que o empoderamento não seja apenas um termo em voga, mas que se consolida no saber e fazer das pessoas que buscam construir uma sociedade melhor, sobretudo porque acreditam que é possível um mundo mais justo e equitativo, não apenas acreditam, mas lutam para que efetivamente haja justiça social e climática, direitos aos seus territórios, soberania e segurança alimentar nos seus quintais, o direito das mulheres viverem sem violência, das juventudes serem incluídas nos orçamentos do estado, das crianças e adolescentes terem seus direitos protegidos e acessados.

As ações realizadas com o público descrito partiram da premissa do “olhar para o local sem perder de vista o global”, isso significa atuar de acordo com as realidades das pessoas em suas comunidades, associações, sindicatos, cooperativas identificando os problemas locais e propondo estratégias e alternativas de superação.

Além disso, a participação das mulheres e jovens em espaços mais amplos como conferências estaduais e nacional, conselhos estaduais, seminários estaduais, congressos e feiras para incidir nas políticas públicas que impactam suas vidas para além dos resultados descritos, a narrativa dos sujeitos, as suas subjetividades não são menos importantes, as suas perspectivas e novos jeitos de ver o mundo se tornam combustível para fazer a engrenagem do esperar funcionar com mais força e coletividade.

#### **IV - DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS – UTOPIAS NECESSÁRIAS PARA SEGUIR A CAMINHADA...**

Certamente viveremos um tempo desafiador do ponto de vista político, considerando ser um ano eleitoral em que o país se encontrará ainda mais polarizado, mas também no cenário mundial onde o MOC tem e continua buscando parcerias com a cooperação internacional para o fortalecimento do seu trabalho com as comunidades vulnerabilizadas, também reflexo das mudanças climáticas.

No ano de 2025 duas organizações encerraram seu ciclo de apoio financeiro com o MOC e isto impacta diretamente as ações com as juventudes, com as mulheres, crianças e adolescentes nos colocando no desafio de redesenhar estratégias institucionais de manutenção do trabalho com esse público e garantir a qualidade das entregas, sejam elas nas comunidades e municípios, sejam no nosso campo de incidência política.

O MOC seguiu firme com estratégias de resistência e trabalho com as juventudes. A consolidação de marcos como a estruturação da AJPB e a incidência direta no Plano Estadual de Juventudes, comprova que a metodologia de fortalecer a auto-organização e o protagonismo juvenil foi eficaz, permitindo que os/as jovens não apenas ocupassem espaços, mas pautassem suas realidades com autonomia e expressiva força política.

Portanto, o ciclo encerra-se com o amadurecimento de processos que transcendem o cumprimento de metas, alcançando resultados palpáveis na vida dos sujeitos. A perspectiva futura é de que os frutos colhidos do processo fortalecido, do protagonismo e auto-organização, se desdobrem em articulações duradouras, sustentáveis e capazes de garantir a viabilidade dos projetos de vida desses jovens. Ao fortalecer essas bases, o MOC reafirma seu compromisso com a construção de um Semiárido onde a transformação social seja conduzida pelo protagonismo daqueles que o habitam.

Para 2026, o compromisso é consolidar as conquistas alcançadas e avançar na transformação da mobilização social em políticas públicas permanentes e sustentáveis para crianças, adolescentes, juventude e mulheres, para população negra, principalmente do campo e das periferias. Resinificando as lutas no aprofundamento da autonomia das juventudes e das mulheres, intensificando o enfrentamento às desigualdades e ao racismo ambiental, enfrentamento as mudanças climáticas, mas também exercitando estratégias de resiliência climática onde as mulheres e jovens ocupem espaços de tomadas de decisões e apontem os caminhos e soluções para viver dignamente em seus territórios. “Só haverá justiça climática quando houver justiça de gênero” (Ministério das Mulheres).

Sigamos nos mantendo firmes nas trincheiras de lutas para promover a transformação estrutural das políticas públicas para as mulheres, jovens, crianças e adolescentes no Brasil, fortalecendo a dimensão de gênero e raça nas ações governamentais e ampliando os mecanismos de participação social, com foco na eliminação das desigualdades, no enfrentamento à violência, na promoção da autonomia econômica e política e na consolidação de uma sociedade democrática, inclusiva e livre de todas as formas de discriminação.

## **DEPOIMENTOS – O SER E SENTIR DE QUEM FINCA OS PÉS NO CHÃO DO SEMIÁRIDO**

O MOC foi o grande divisor de águas na minha trajetória, transformando-me em um sujeito político consciente da minha voz e responsabilidade social. Através das formações e vivências coletivas, compreendi que a verdadeira incidência política acontece no cotidiano e na organização popular, muito além dos grandes palcos institucionais. O impacto mais profundo dessa experiência foi à descoberta da potência do coletivo, que me permitiu ressignificar o pertencimento ao meu território de origem. Em vez de partir para buscar sonhos distantes, escolhi a permanência como um ato de resistência e compromisso com a minha história e com a minha gente. Hoje, ocupo espaços com a certeza de que é possível transformar o mundo sem abrir mão das raízes. Sinto-me fortalecida como cidadã ativa na construção de alternativas reais, pois o MOC ampliou meus horizontes e me ensinou que lutar pelo lugar onde vivo, e acima de tudo, uma forma de esperança. Essa caminhada reafirma que o ato de permanecer e incidir localmente é o que sustenta a força pulsante da nossa comunidade e do nosso futuro. **Kemille Vitória de Matos Almeida, 19 anos, Comunidade Salgadália, Conceição do Coité/BA**

“Hoje sou mais participativa, porém ainda um pouco tímida, mas a timidez não impede que eu esteja presente nas atividades. Sou conhecedora dos meus direitos e sempre luto na medida do possível, também reconheço a minha

identidade e minha cultura e tenho muito orgulho de ser assim, foi através das oficinas que comecei a pensar diferente e me orgulhar mais ainda da minha história, já que sempre gostei de onde vivo, sou uma menina negra e com bastante orgulho, o processo de reconhecimento é muito importante e libertador, hoje sei bastante da minha história e de onde vim, o projeto ajuda bastante nesses quesito”. **Maria Lavínia de Lima Costa, 13 anos, Comunidade de Lagoa Grande, Município de Retirolândia/BA**



## **CAMPANHA É TEMPO DE COOPERAR**

O trabalho do MOC sempre esteve vinculado à luta pela cidadania, pela autonomia dos sujeitos do campo e da cidade, e pela construção de alternativas coletivas de convivência com o semiárido. Entre suas áreas de atuação, destaca-se a contribuição para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), articulando ações de desenvolvimento sustentável, educação popular e mobilização social.

A Campanha É Tempo de Cooperar 2025 reafirma o compromisso histórico da instituição com a promoção da justiça social, da solidariedade e do enfrentamento à fome no semiárido baiano. Em um cenário ainda atravessado por profundas desigualdades sociais e pelos impactos persistentes da insegurança alimentar, a campanha se consolida como uma importante estratégia de mobilização social, envolvendo organizações parceiras, organizações comunitárias, poder público e a sociedade civil em torno de um objetivo comum: garantir o direito humano à alimentação adequada.

Ao longo dos seus 9 (nove) anos de existência, a campanha atua diretamente em áreas como segurança alimentar, saúde, economia solidária, educação contextualizada e promoção de direitos. Famílias em situação de insegurança alimentar grave, mulheres, crianças, adolescentes e jovens formam o público atendido pelas ações, que visam não apenas amenizar os efeitos da insegurança alimentar, mas também fortalecer práticas sustentáveis e solidárias de produção e consumo.

O destaque da Campanha tem sido estar junto às populações mais vulneráveis, especialmente no fortalecimento de iniciativas comunitárias e na construção de soluções coletivas e sustentáveis. Em 2025, a campanha ganha ainda mais relevância ao ampliar sua capacidade de articulação e incidência, promovendo ações que vão desde a arrecadação e distribuição de alimentos até o apoio estruturante a iniciativas locais de produção, preparo e oferta de refeições.



Desta forma, em 2025 as principais ações da Campanha É Tempo de Cooperar foram:

### **APOIO ÀS COZINHAS SOLIDÁRIAS**

Na região semiárida, especialmente em Feira de Santana, a campanha assume um papel estratégico, tendo em vista a realidade periurbana marcada por desigualdades socioeconômicas e pela presença significativa de famílias em situação de insegurança alimentar grave. Nesse contexto, destaca-se o apoio às cozinhas solidárias vinculadas ao programa Comida no Prato, uma iniciativa fundamental no enfrentamento direto à fome no Estado da Bahia.

As cozinhas solidárias representam muito mais do que espaços de preparo e distribuição de alimentos. Elas se configuram como territórios de resistência, cuidado e construção de cidadania. Por meio delas, milhares de pessoas têm acesso diário a refeições balanceadas, preparadas com atenção à qualidade nutricional e ao respeito às práticas alimentares locais. Além disso, esses espaços promovem a convivência comunitária, o fortalecimento de vínculos sociais e a valorização do trabalho coletivo, especialmente de mulheres que, em sua maioria, estão à frente dessas iniciativas.



Durante a Campanha É Tempo de Cooperar 2025, o MOC intensificou seu apoio a essas cozinhas por meio de diversas ações estruturantes. Entre elas, destacam-se a articulação de redes de solidariedade, o fortalecimento de parcerias institucionais, a oferta de formação para as equipes envolvidas e o suporte logístico para aquisição e distribuição de insumos. Esse conjunto de ações contribuiu diretamente para a ampliação do número de refeições ofertadas e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A instituição atuou na assessoria técnica e apoio organizativo na gestão das Organizações da Agricultura Familiar e Economia Solidária na estruturação e acesso ao Projeto Comida no Prato, apoiando diretamente 10 organizações sendo: COOPEREDE – Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia e a Associação Comunitária Rural dos Moradores de Pedra Ferrada em Feira de Santana, Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Araci e Associação Comunitária do Poço do Capim ambos em Araci, Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais em Santaluz, Associação Comunitária de São Lourenço e Região em Riachão do Jacuípe, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité e Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Conceição do Coité, Cooperativa da Agricultura Familiar de Nova Fátima e Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha.

Através dessa ação, 3.200 (três mil e duzentos) pessoas tiveram acesso a almoço 5 dias por semana, alimentos produzidos por organizações da

agricultura familiar e economia solidária, tendo como principal matéria prima insumos produzidos localmente como feijão, farinha, hortaliças, ovos, atuando tanto no combate a insegurança alimentar das famílias beneficiárias do comida no prato, como também com geração de renda das famílias agricultoras, especialmente para as mulheres da agricultura familiar.

## **PARCERIAS PARA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS**

O eixo Parceria para captação e doação de alimentos se estrutura em duas frentes: Apoio as Organizações da Agricultura Familiar na elaboração de propostas para o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA na modalidade Doação Simultânea, onde o MOC entra como entidade da Assistência Social recebedora da doação; Parceria com Banco de Alimentos do Mesa Brasil e com o Comando de Policiamento Leste na arrecadação de alimentos.

No Apoio as Organizações da Agricultura Familiar na elaboração de propostas para o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA na modalidade Doação Simultânea, em 2025 foram contratadas propostas das organizações: COOPERFÁTIMA no município de Nova Fátima, APAEB Araci em Araci, COAFES em Conceição do Coité, COOBENCOL em Santaluz e COOPEREDE em Biritinga e Feira de Santana.

No total foram doados aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em alimentos da Agricultura Familiar os quais foram convertidos em aproximadamente 25 mil kg de alimentos atendendo aproximadamente 1.200 (um mil e duzentos) pessoas dos municípios de Araci, Conceição do Coité, Feira de Santana, Nova Fátima e Santaluz através da doação de kits com produtos da agricultura familiar e economia solidária.

Essa atuação aponta com grande relevância na campanha, uma vez que ela realiza a integração com iniciativas de economia solidária e agricultura familiar, promovendo o acesso a alimentos saudáveis e incentivando circuitos curtos de comercialização. Dessa forma, além de combater a fome

e a insegurança alimentar, o MOC também fortalece a produção local e contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

No que diz respeito ao eixo Arrecadação de Alimentos, essa ação ocorreu durante todo ao no através da parceria com o Banco de Alimentos do MESA Brasil no qual o MOC é inscrito como integrante da rede, recebendo doação de produtos que incluímos nos kits alimentares do PAA ou junto com outras doações.

Nesta linha, em 2025 iniciamos a parceria com o Comando de Policiamento Leste (CPRL), por meio do qual é realizado, anualmente, na ocasião da Micareta de Feira de Santana, o Espaço Folia, um espaço de lazer destinado a policiais e seus familiares.





Para ter acesso, é realizada a troca de ingressos por alimentos. Dessa forma, aproveita-se a dimensão cultural e o grande fluxo de pessoas para realizar uma ampla mobilização para captação e doação de alimentos.

Essa ação demonstrou de forma concreta como é possível articular cultura, participação popular e solidariedade. Durante o evento, foliões, comerciantes, patrocinadores e diversos atores sociais foram sensibilizados a contribuir com doações, transformando a festa em um espaço também de compromisso social. A logística organizada pelo MOC, em parceria com a CPRL, garantiu a coleta, triagem e destinação adequada dos alimentos arrecadados.

Os alimentos captados totalizaram aproximadamente 4.400 kg de alimentos os quais foram destinados, prioritariamente, às famílias cadastradas no programa Comida no Prato, reforçando o abastecimento e garantindo a continuidade do atendimento às 450 famílias em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar do município de Feira de Santana.

Além das ações práticas, a Campanha É Tempo de Cooperar 2025 também se destacou pelo seu papel educativo e de sensibilização. Por meio

de campanhas de comunicação, mobilizações comunitárias e atividades formativas, o MOC buscou ampliar o debate sobre o enfrentamento a fome, suas causas estruturais e a importância de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. A campanha, nesse sentido, vai além da resposta emergencial, contribuindo para a construção de uma consciência crítica e engajada na sociedade.

Outro ponto importante foi o fortalecimento das redes de cooperação. A campanha estimulou a participação ativa de diferentes segmentos sociais, promovendo o diálogo entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas e instituições públicas. Essa articulação em rede é fundamental para garantir maior alcance e efetividade das ações, além de possibilitar a construção de soluções mais integradas e duradouras.

É importante destacar que o combate à fome exige não apenas ações emergenciais, mas também estratégias estruturantes que enfrentem suas causas profundas, como a pobreza, o desemprego e a desigualdade social. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo MOC se diferencia por sua abordagem integrada, que combina assistência imediata com ações de fortalecimento comunitário e incidência política.

Dessa forma, a Campanha É Tempo de Cooperar 2025 se consolida como uma experiência exitosa de mobilização social e enfrentamento à fome, evidenciando o papel fundamental do MOC na promoção da dignidade humana. Os resultados alcançados demonstram que a solidariedade, quando organizada e articulada, tem o poder de transformar realidades, fortalecer comunidades e construir caminhos mais justos e sustentáveis para todos.

Ao integrar esforços, mobilizar recursos e fortalecer iniciativas locais e contribuir no acesso às políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos as Cozinhas Solidárias do programa Comida no Prato, o MOC reafirma sua missão de contribuir para uma sociedade mais justa, onde o direito à alimentação seja garantido e onde a cooperação seja um valor central na construção do bem comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando apresentamos este relatório, nos referimos às pessoas inquietas diante das injustiças, das emergências climáticas, da quase impossibilidade de produzir sem agrotóxicos, do massacre doméstico e em outras partes da sociedade contra as mulheres, crianças, adolescentes e jovens, da fome e da insegurança alimentar que crescem, da busca incessante por meios de comercialização que sejam solidários e justos, da falta de uma educação inclusiva e contextualizada, e de uma comunicação que não considere as comunidades apenas como objeto, mas como sujeitos.

Referimo-nos também ao MOC como meio e instrumento para que estas pessoas inquietas sejam acolhidas em espaços organizativos que lhes possibilitem lutar contra essas injustiças e construir um mundo diferente: justo e fraterno.

Por isso, o relatório do MOC, assim como seu trabalho, se organiza a partir de seus Programas de Ação, nos quais se concretiza a busca constante pela construção de um mundo equitativo.

### **Os Programas que materializaram este caminhar foram:**

- Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia - PAPAA
- Programa de Educação do Campo Contextualizada - PECONTE
- Programa de Comunicação e Cultura - PCOM
- Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários - PFEES
- Programa de Gênero, Geração e Igualdade Racial - PGGIR

Estes programas são guarda-chuvas sob os quais se organizam, se unem, se articulam e interferem politicamente as pessoas e grupos que, a partir dessas óticas, querem mudar o mundo.

Como se constata no decorrer do relatório, são processos pequenos, realizados a partir de comunidades, articulações, cooperativas e sindicatos, mas que mostram o mundo diferente em que acreditamos.

São mulheres que se apoiam e se organizam para conquistar respeito e lugar na sociedade; são escolas que experimentam, no seu dia a dia, uma educação que parte da realidade concreta das comunidades e das crianças; são agricultores que produzem sem agrotóxicos e que interferem para que a assistência técnica tenha esse viés; são agricultores/as que, em pleno Semiárido, conseguem políticas de armazenamento e distribuição democrática da água; são jovens e grupos que querem uma comunicação em que sejam sujeitos, e não simples objetos; são grupos que se organizam para ter condições de beneficiar e comercializar seus produtos de modo agroecológico e solidário.

Os programas do MOC abrigam um sem-número de oportunidades nas quais as pessoas se transformam em molas mestras de mudança do mundo.

O mundo continua em guerra, os genocídios continuam acontecendo, as injustiças continuam presentes.

Nós, no entanto, somos sementes do diferente, somos resistência, somos resiliência. Continuamos a mostrar que outro mundo é possível.

Este relatório é do MOC, é de todos os grupos e organizações que conosco trabalham, é de nossos apoiadores nacionais e internacionais.

Este relatório é um grito de esperança!!!

**ANEXOS GERAIS ANO 2025**

## PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

- **AABA** – Articulação de Agroecologia da Bahia
- **AACSJD** – Associação dos Amigos do Centro São João de Deus
- **ADC** – Agente de Desenvolvimento Comunitário
- **ADS** – Agente de Desenvolvimento Social
- **AMMTRAFAS** – Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares de Santaluz
- **ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- **APIMC** – Associação Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais
- **APAEB** – Associação dos Pequenos Agricultores Familiares
- **APLB** – Associação dos Professores Licenciados do Brasil
- **ATEG** – Assistência Técnica e Gerencial
- **BNB** – Banco do Nordeste
- **CAF** – Cadastro da Agricultura Familiar
- **CAR** – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- **CAT** – Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo
- **CDS** – Compra com Doação Simultânea
- **CECA** – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- **CEFIR** – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
- **CEM** – Comissões Executivas Municipais
- **CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- **CODETER** – Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável

- **CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- **CONSEA** – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
- **COP30** – 30ª Conferência das Partes
- **COOAFES** – Cooperativa da Agricultura Familiar e da Economia Solidária
- **COOFAQS** – Cooperativa de Trabalho dos Agricultores Familiares de Quijingue e Semiárido
- **COOBENCOL** – Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização Ltda.
- **COOPERAGIL** – Cooperativa de Produção, Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia e Garcia
- **COOPEREDE** – Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia
- **CTEJR** – Câmara Técnica Estadual de Juventude Rural
- **DRP** – Diagnóstico Rápido Participativo
- **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- **EES** – Empreendimentos Econômicos Solidários
- **EVE** – Estudo de Viabilidade Econômica
- **FBAF** – Fórum Baiano de Agricultura Familiar
- **FBB** – Fundação Banco do Brasil
- **FEBAFES** – Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo
- **FEEBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia
- **FBES** – Fórum Baiano de Economia Solidária
- **FONEC** – Fórum Nacional de Educação do Campo
- **FOFA** – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
- **FUNTRAD** – Fundo de Promoção do Trabalho Decente
- **IRPAA** – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
- **JUVESOL** – Juventudes da Economia Solidária

- **KNH** – Kindernothilfe
- **LCOY** – Conferência Local da Juventude
- **MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- **MEI** – Microempreendedor Individual
- **MMTR** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- **MOC** – Movimento de Organização Comunitária
- **MROSC** – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
- **NEAM** – Núcleo Especial de Atendimento às Mulheres
- **ONU** – Organização das Nações Unidas
- **OPS** – Organizações Produtivas Solidárias
- **OSC** – Organização da Sociedade Civil
- **PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- **PAD** – Programa Água Doce
- **PANC** – Plantas Alimentícias Não Convencionais
- **PAPAA** – Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia
- **PCOM** – Programa de Comunicação e Cultura
- **PECONTE** – Programa de Educação do Campo Contextualizada
- **PCT** – Povos e Comunidades Tradicionais
- **PFEES** – Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários
- **PGGIR** – Programa de Gênero, Geração e Igualdade Racial
- **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- **PMQ** – Programa Manoel Quirino
- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
- **RFA** – Rede Feminista de Agroecologia
- **SAN** – Segurança Alimentar e Nutricional
- **SDR** – Secretaria de Desenvolvimento Rural
- **SEADES** – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

- **SETRE** – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
- **SGD** – Sistema de Garantia de Direitos
- **SIVME** – Sistema Informatizado do Programa Vida Melhor Urbano
- **SPM** – Secretaria de Políticas para as Mulheres
- **SWOT** – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
- **TDH** – Terre des Hommes Suisse
- **UEFS** – Universidade Estadual de Feira de Santana
- **UFRB** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- **UFPA** – Unidade Familiar de Produção Agrária
- **UNICAFES** – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
- **UNIS** – Unidade de Inclusão Socioproductiva

## RELAÇÃO DE COLABORADORES/AS EM 2025

Admilson Andrade de Oliveira *	Adriano Costa de Araujo *
Adriano Zeferino Alves da Silva *	Aila Hilda Fernandes dos Santos
Alan Rocha Suzarte	Alexandre Cardeal Nepomuceno
Alexandro Lima de Meireles	Aline de Santana Cunha *
Aline Farias dos Santos *	Aline Lorrane Pereira Vieira
Amarildo Santos das Chagas *	Ana Cleide Soares da Silva Matos
Ana Dalva Souza Santana	Ana Glecia da Silva Almeida
Ana Paula Santos Neves de Matos *	Andrei Nascimento Pereira °
Angela de Oliveira Carneiro***	Angela Maria Cerqueira das Virgens
Arlete Santana dos Santos	Benicio Abel da S A Leao
Cailane Santos de Santana	Camila Lima Pereira
Camila Oliveira Santos *	Cassilandia de Santana Oliveira
Catia Souza de Almeida	Celia Santos Firmo
Claudeise Oliveira São Leão *	Claudia Emilia Mota Ferreira**
Cleciane de Almeida Cordeiro	Cleonice dos Santos Oliveira
Clodoaldo Almeida da Paixão***	Cristiane Pereira das Neves
Cristina Batista Porto *	Daiane da Silva Xavier
David de Almeida Santos *	Denyse de Almeida dos Santos *
Dinalva Leite das Virgens Cerqueira	Dionizio Souza Barreto
Djavan da Silva *	Donato da Silva
Edivania Santos de Lima	Edson Evangelista Santana de Almeida *
Eduarda Mendes Nascimento *	Elderney da Silva Souza *
Elisia Maria de Jesus Santos *	Elismario Angelo de Carvalho
Eluammi Rocha Matos	Emanuelli Natali Belo de Souza *
Emmanuel de Lima Pedreira Filho**	Emylly Mikaely M M Trampusch**
Everaldo Leite das Virgens	Fabiana Ferreira Maia de Jesus
Felipe Ramos Lima *	Gabriel Rosa da Silva Ribeiro *
Geovanio Silva dos Santos	Gildo Carvalho Souza *
Gilmara Borges Ferreira *	Gilvan Rogerio Vieira de Araujo**
Gilvany dos Santos Reis *	Giseli da Silva Oliveira Medeiros

Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro	Graciene Sa dos Santos Bezerra *
Heloisa Carneiro Lima**	Hiolany de Oliveira Carneiro *
Iara de Andrade Oliveira	Ila Maiane Reis Barbosa
Jane Cristina Lima Rios	Jaqueline Borges dos Santos
Jaqueline Rozario Santos *	Jivanilson Silva de Matos
Joao Teofilo de Araujo Oliveira	Jose Francisco Carvalho de Oliveira
Jose Ivamberg Ferreira Silva	Jose Nelio Monteiro Corsini
Joseval Santos de Jesus	Josilene Policarpo Miranda
Judiclecio Brito Lima	Juscelivane dos Santos Souza *
Jussilene Porto Costa *	Kailane de Oliveira Ferreira
Kívia Maria da Silva Carneiro	Laiane da Silva Santos *
Laila Geovana Moreira Beirão *	Leandro de Oliveira Soares *
Leane de Souza Cunha dos Reis	Lenildo Araujo Rios *
Lucas Farias Almeida dos Santos *	Luciana Santos Chaves *
Maiane de Figueiredo Nascimento	Maicon Jeferson Santana Passos *
Marcelo Emanuel Militao Araujo	Marcia Regina Santos da Silva *
Marcio Gilnario Carneiro Lima	Margarida Souza da Silva
Maria Antonia dos Reis Costa Souza	Maria Barbara dos Santos de Jesus
Maria das Graças Souza Bittencourt	Maria Lucilene da Silva
Mariana Borges Neta	Mario Cezar Santos Cruz *
Mariza Cerqueira das Virgens	Marta Pereira de Almeida**
Mateus Jonnei Carneiro Lima	Matheus Costa de Araujo *
Mayco Farias dos Santos	Mirian Ferreira de Carvalho *
Miroelson Pereira Pinho *	Miroelson Pereira Pinho**
Moises Pereira de Jesus *	Naidison de Quintella Baptista
Nataly Souza de Oliveira	Natanny Santos Araujo *
Natiele Araujo Ferreira	Nielson Silva de Matos *
Nuria Mariana Campos Nunes	Paula Eileen Silva Aroeira dos Reis *
Pedro Genir de Jesus Santos	Reinilda de Oliveira Miranda
Reinilda Santos da Silva	Rita de Santana *
Robervania da Silva Cunha	Rodrigo Barbosa de Carvalho**
Rodrigo dos Santos Amaral Souza	Rogeres Sales Dantas

Romualdo Pereira dos Santos Oliveira °	Selma Gloria de Jesus
Sheila Denise de Oliveira Lima**	Sidineia da Silva de Queiroz
Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho	Tainara Santos de Jesus
Tatiane Santos de Aquino**	Thaiane Lima da Silva
Valdinelia da Silva Souza *	Valdir Ferreira Alves**
Valmar Santiago de Oliveira	Valmira Lopes de Souza
Valquiria Cruz dos Santos	Vera Maria Oliveira Carneiro
Vitoria Santos da Paixao	Zenaide Alves de Jesus

Legenda:

- Admitidos dentro do ano 2025: \*
- Demitidos dentro do ano 2025: \*\*
- Admitidos e demitidos no ano 2025: °
- Licença sem remuneração dentro do ano 2025: \*\*\*

## DIRIGENTES MOC

<b>DIRETORA PRESIDENTE</b>	Edisvanio do Nascimento Pereira
<b>DIRETORA FINANCEIRA</b>	Maria Conceição Borges Ferreira
<b>DIRETORA SECRETÁRIA</b>	Valdemira Pereira Lima
<b>DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS</b>	Maria Margarida Da Silva Ferreira Santos
<b>DIRETORA ADMINISTRATIVA</b>	Hildete Neves de Farias

## CONSELHO FISCAL

<b>TITULARES</b>	Jussara Secondino do Nascimento Terezinha de Jesus Almeida Virgínia Araújo Lima
<b>SUPLENTES</b>	Adriana Lima Nascimento de Jesus Terezinha Lima Oliveira

## COORDENAÇÃO COLEGIADA 2025

<b>COORDENADORA GERAL</b>	Célia Santos Firmo
<b>COORDENADORA PEDAGÓGICA</b>	Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro
<b>COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO</b>	Maria das Graças Souza Bittencourt
<b>COORDENADORA PAPAA</b>	Ana Glécia da Silva Almeida
<b>COORDENADORA PCOM</b>	Kívia Maria Silva Carneiro
<b>COORDENADORA PECONTE</b>	Vera Maria Oliveira Carneiro
<b>COORDENADORA PFEES</b>	Renilda Santos da Silva
<b>COORDENADORA PGGIR</b>	Selma Glória de Jesus

## **TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO 2025**

- ✓ Território Bacia do Jacuípe;
- ✓ Território de Litoral Norte e Agreste Baiano;
- ✓ Território Piemonte da Diamantina;
- ✓ Território Portal do Sertão;
- ✓ Território do Sisal.

## **COLABORADORES/COOPERANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

### **CONVÊNIOS DO EXTERIOR**

- ✓ KINDERNOTHILFE – KNH
- ✓ OMICRON ELETRONICS
- ✓ ONU MULHERES
- ✓ TERRE DES HOMMES
- ✓ UNESCO
- ✓ UNIÃO EUROPEIA / AGENDHA

### **CONVÊNIOS NÃO GOVERNAMENTAIS**

- ✓ ACEFARCA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RURAL DE CORRENTINA E ARREDORES;
- ✓ ACTIONAID;
- ✓ AGROCOOP – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DE BARRO ALTO;
- ✓ APIMC - ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO;
- ✓ ARCAS - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CONVIVÊNCIA APROPRIADA AO SEMIÁRIDO;
- ✓ ASA – ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO;
- ✓ ASAMIL – ASSOCIAÇÃO DO SEMIÁRIDO DA MICRORREGIÃO DO LIVRAMENTO
- ✓ ASRR LAGO SOBRADINHO

- ✓ AS PTA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA;
- ✓ ASFAB - ASSOCIACAO DE AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES DA BAHIA;
- ✓ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL;
- ✓ CAA - CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ;
- ✓ CACIMBA - REDE DE ENTIDADES PELA RESISTENCIA E CONVIVENCIA COM O SEMIARIDO;
- ✓ CARITAS;
- ✓ CEDASB - CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA;
- ✓ CENTRO AGROECOLÓGICO;
- ✓ COFASP - COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE;
- ✓ COOPERAÇÃO TÉCNICA CEAPE/BA - CENTRO DE APOIO AOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DA BAHIA;
- ✓ DIVINA PROVIDÊNCIA;
- ✓ FATRES - FUNDAÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO SISAL E SEMIÁRIDO DA BAHIA;
- ✓ FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL;
- ✓ IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRI APROPRIADA;
- ✓ ISFA - INSTITUTO DE FORMAÇÃO CIDADÃ SÃO FRANCISCO DE ASSIS;
- ✓ PETROBRÁS;
- ✓ SAJUC - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NO CAMPO E CIDADE;
- ✓ SASOP - SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS.

## **CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS**

- ✓ SEADES – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia
- ✓ SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
- ✓ SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
- ✓ SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
- ✓ SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

## **CONTRATOS GOVERNAMENTAIS**

- ✓ ANATER - AGENCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL;
- ✓ SDR - SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.



Rua Pontal, 61, Cruzeiro  
Feira de Santana - Bahia  
CEP: 44022-052

[www.moc.org.br](http://www.moc.org.br)  
[moc@moc.org.br](mailto:moc@moc.org.br)